



Relatório Anual contendo o Relatório da
Administração e as Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
com Relatório dos Auditores Independentes

ORIGEM[®]

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas

Origem Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com relatório do auditor independente

Origem Energia S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022

Índice

Mensagem da Administração.....	4
Relatório da Administração	6
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	29
Demonstrações dos resultados.....	31
Demonstrações dos resultados abrangentes	32
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	33
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	34
Demonstração do valor adicionado.....	35
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	36
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras do exercício.....	93
Declaração dos diretores sobre relatório dos auditores independentes	94

Mensagem da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Mensagem da Administração

Os últimos três anos foram provavelmente os mais desafiadores. Uma pandemia, seguida de uma guerra no continente Europeu, o florescimento de uma nova geopolítica global com grandes efeitos nas cadeias de suprimento, na estabilidade socioeconômica e segurança energética das nações. Um mundo novo e diferente emerge de forma dinâmica. A compreensão das consequências deste cenário de instabilidade tornou-se imprescindível para a gestão de qualquer negócio, em especial de infraestrutura energética brasileira.

Somos uma empresa nova que começou a jornada em 2017 e desafiou o *status quo* por meio da complementariedade e multidisciplinaridade do nosso time. Somos reconhecidos como Origem Energia desde julho de 2021 – período que marca a chegada do nosso sócio controlador (Prisma Capital). Esse momento foi transformacional para a Companhia e, desde então, tem permitido o acesso a novas possibilidades de expansão. Culminando, em especial, na aquisição do Polo Alagoas, primordial para nosso crescimento e estratégico para a segurança e a transformação da matriz energética brasileira.

O Polo Alagoas, nosso maior ativo, foi adquirido num momento peculiarmente desafiador. Em dezembro de 2020, a pandemia estava em seu pico de impactos. O mercado precificava o barril do petróleo bruto (*brent*) em US\$ 50. Junto com o inerente desafio de estruturar uma empresa e sua governança, adequada ao porte, tipo de operações e montante de investimentos necessários. Porém, os pilares que ali se formavam, geraram o conforto que temos hoje para seguir adiante e na definição de nossos próximos passos. Dia a dia, estamos construindo uma empresa que pretende ser protagonista no desenvolvimento energético do Brasil de amanhã. Garantir a segurança energética de uma nação é tão prioritário quanto produzir energia mais limpa – nossa produção é 70% de gás natural.

Destacamos alguns dos principais pilares que têm nos guiado durante essa jornada:

- **Avaliação disciplinada e diligente dos ativos**, somos mais que uma *junior oil company*. Somos uma empresa de integração energética, com atuação nos segmentos de *upstream*, *midstream* e geração de energia, responsável pela operação de 14 concessões de campos maduros de óleo e gás natural localizados em terra (*onshore*) nos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte e 18 blocos exploratórios localizados nas Bacias Sergipe-Alagoas e Tucano Sul e infraestrutura de escoamento, além da primeira Unidade de Processamento de Gás Natural privatizada.
- **Decisões colegiadas baseadas em dados e premissas**, a utilização de dados e premissas apoiam a tomada de decisões estratégicas nesse negócio que é probabilístico e garantem assertividade com o compromisso assumido, tendo pessoas certas nos lugares certos e a pré-disposição para execução.
- **Olhar para a diversificação do risco de commodities**, através de contratos de venda de gás natural com alta flexibilidade, baixa penalidade e preço competitivo, além de um plano de negócios diversos que abrange a toda cadeia de integração energética através da infraestrutura adquirida.
- **Acesso a um canal de capital robusto**, que aporta conhecimento intelectual, comprometido com o longo prazo e em promover mudanças estruturantes para o Brasil.

Mensagem da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Em ritmo acelerado, transformamos e impactamos nossos públicos de interesse nas áreas de influência de nossa atuação. Fomos reconhecidos pelas transições mais rápidas de ativos em produção desinvestidos pela Petrobras – tanto no Polo Tucano Sul (BA), em 2020, como no Polo Alagoas (AL), em 2022. Em ambos os casos, sem intercorrências ou acidentes.

O resultado contundente desse período nos permite hoje apresentar a vocês nossas conquistas e resultados por meio deste relatório de administração e nossas demonstrações financeiras, bem como algumas de nossas estratégias de futuro para transformar e apoiar na segurança da matriz energética brasileira.

Em 2022, concluímos a aquisição do Polo Alagoas com investimento total de 300 milhões de dólares. Adicionalmente, investimos 75 milhões de dólares em CAPEX direcionados para a adequação, paradas programadas e modernização de nossos polos operacionais de Alagoas e Tucano Sul, além da expansão do portfólio de ativos nessas bacias terrestres com a aquisição de 18 blocos exploratórios ofertados no 3º Ciclo de Oferta Permanente da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Importante destacar que as bacias terrestres de Alagoas e Tucano Sul são duas das principais bacias terrestres com potencial de produção de gás não associado. Também nesse ano, pela primeira vez, certificamos e confirmamos as reservas dos campos desenvolvidos dos polos acima citados – 168,1 milhões de barris de óleo equivalente (2P).

Ao longo de 2022, demos início aos projetos de interiorização de gás por meio do *small scale* e estocagem de gás. Também licenciamos duas das principais usinas flexíveis de geração do nosso parque termelétrico. Além disso, investimos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para dominar as novas rotas tecnológicas. Pioneiramente, fomos a primeira Companhia independente do *onshore* brasileiro a possuir uma LTE Privada – infraestrutura própria de dados telefônicos e de internet banda larga. Em retrospectiva, foi um ano para pavimentar o caminho para transformar Alagoas em um dos principais hubs de energia do Nordeste.

Nosso futuro breve prevê investimentos para otimização e incremento da nossa curva de produção, construção de uma nova Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) para aumento da capacidade de processamento da Companhia. Seguimos diariamente empenhados pela excelência e eficiência praticando nossos valores de modo a entregar os compromissos assumidos. Sabendo que estamos criando estratégias para blindar nossos contratos da volatilidade dos próximos anos e gerando o combustível necessário para a expansão dos nossos projetos de infraestrutura energética.

LUIZ FELIPE COUTINHO MARTINS FILHO
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Gestão, Portfólio e Estratégia

A segurança, independência e transformação da matriz energética do Brasil, a infraestrutura associada e produtiva, além da tecnologia são pilares estratégicos no desenvolvimento e na geração de valor no longo prazo. Frente a essas necessidades e à evolução das políticas e regulamentações com alto impacto para o *onshore* brasileiro, a Origem Energia foi constituída. Fruto de uma parceria empreendedora, a Companhia iniciou, em 2017, a construir o portfólio de ativos da companhia com a aquisição do campo marginal de Garça Branca, no Espírito Santo, pela 4ª Rodada de Campos Marginais da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Em 2021, o Brasil implementou a Nova Lei do Gás (Lei 14.134/2021), ressignificando o conceito de chamada pública e a desvinculação da contratação de capacidade de transporte de gás natural. Em julho de 2021, a companhia passa a se chamar Origem Energia. Pouco mais de um ano depois, frente ao setor, passa a ser reconhecida como uma das principais operadoras independentes brasileiras ⁽ⁱ⁾.

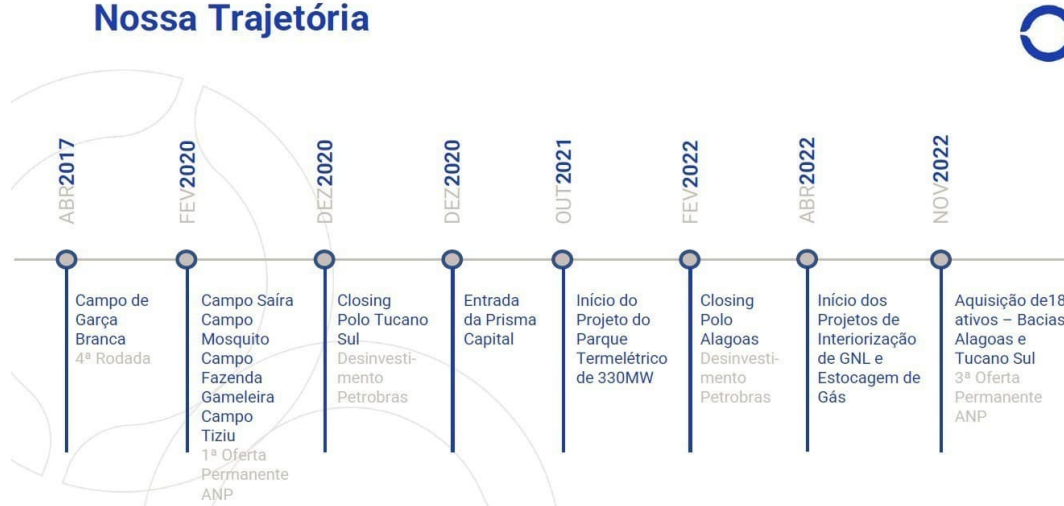
.Com um portfólio de ativos mais robusto, a companhia cresceu adquirindo ativos no desinvestimento da Petrobras e participando de rodadas de licitações da ANP.

Nascemos como uma *junior oil company*, mas, somos mais. A Origem Energia é uma empresa de integração energética, com atuação nos segmentos de *upstream*, *midstream* e geração de energia, responsável pela operação de 14 concessões de campos maduros de óleo e gás natural localizados em terra (*onshore*) nos estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte e 18 blocos exploratórios localizados nas Bacias Sergipe-Alagoas e Tucano Sul e infraestrutura de escoamento, além da primeira Unidade de Processamento de Gás Natural privatizada. Estamos conectados à malha TAG e com fácil acesso ao terminal de exportação em Maceió, o TAMAC. Marcamos presença nas duas das quatro bacias terrestres com potencial de produção de gás não associado – Bacia de Alagoas e Bacia de Tucano Sul, onde estão os Polos de Alagoas e Tucano Sul, respectivamente.

Nosso propósito é apoiar na transição da matriz energética brasileira, garantindo segurança e independência por meio do gás – o recurso energético 44% menos poluente que o carvão vegetal e 27% menos que o petróleo – com soluções inovadoras e eficientes. E assim, apoiar no desenvolvimento do Brasil rumo a uma economia de baixo carbono. Na Origem, temos ciência das responsabilidades com a sociedade, crescimento nacional e sustentabilidade das atividades. Trabalhamos para gerar ainda mais impacto para todos os públicos de interesse atrelado à sustentabilidade, confiabilidade energética e custos de energia competitivos para mover a economia brasileira.

(i) Fonte: petroleohoje.editorabrazilenergia.com.br/origem-petroreconcavo-3r-karoon-e-prio-lideram-o-aumento-da-producao-entre-as-independentes/

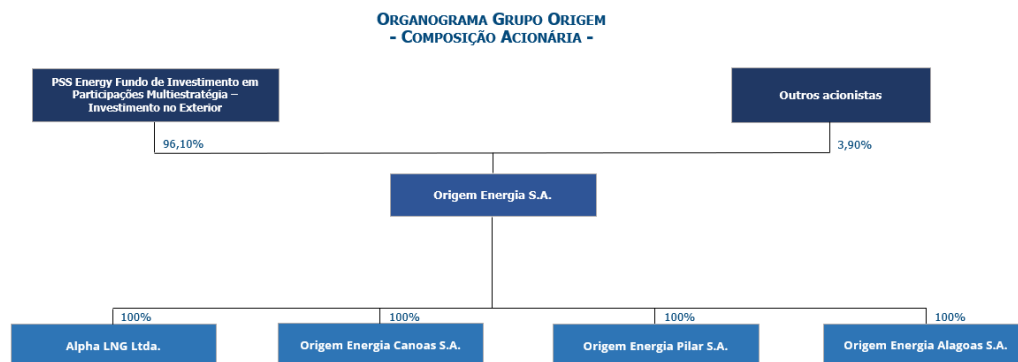
Nossa Trajetória



Nossa administração está em processo de adequação às normas e práticas do mercado de capitais, notadamente para aderência ao regulamento do Novo Mercado. Nosso Conselho de Administração está implementado. Enquanto outras estruturas estão em grau avançado de estruturação, como o Comitê de Auditoria para assessoramento ao Conselho de Administração, o sistema de gerenciamento de riscos e a auditoria interna. O que entendemos como compatíveis com o objetivo de compor um sólido alicerce, consistente para uma Companhia que é jovem, em dinâmico aprimoramento e expansão.

A empresa possui sedes administrativas no Rio de Janeiro, no Polo Alagoas e no Polo Tucano Sul. Por conta do cronograma dos compromissos assumidos junto à ANP por sermos concessionários dos ativos do portfólio, até 2022, as atividades da companhia foram extensivas e centralizadas nos estados de Alagoas e Bahia. A partir de 2023, atividades já estão em andamento no Espírito Santo e na região do Recôncavo Baiano, ainda que em menor intensidade.

Controlada pela gestora de fundos Prisma Capital, a Origem Energia S.A. é controladora de 100% do capital social direto das seguintes sociedades: Origem Energia Alagoas S.A., Origem Energia Pilar S.A., Origem Energia Canoas S.A. e Alpha LNG Ltda. Destacamos abaixo suas principais atividades:



Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Origem Energia Alagoas S.A.

A Origem Alagoas, nova denominação da Petromais Global Exploração e Produção S.A. – Petromais, é uma sociedade anônima de capital fechado, cujos objetivos são a exploração, a produção, o processamento e a comercialização de petróleo e gás natural e a prestação de serviços de apoio à extração de petróleo e gás natural.

O Polo Alagoas compreende cinco concessões de produção (Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar), todas localizadas na região leste do Estado de Alagoas. Com exceção de Paru, com um poço produtor de gás localizado em águas rasas, os demais estão em áreas terrestres.

Em 17 de junho de 2020, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informou ao mercado o início da etapa de divulgação de oportunidade referente à venda da totalidade de sua participação em um conjunto de cinco concessões de campos de terra (terrestres) e de águas rasas (Polo Alagoas) localizadas no Estado de Alagoas.

Em 29 de julho de 2020, a Petrobras informou o início da fase não vinculante referente à venda da totalidade de sua participação em um conjunto de concessões terrestres e de águas rasas (Polo Alagoas) no Estado de Alagoas.

Em 30 de junho de 2021, foi assinado contrato entre a Petromais e a Petrobras para a cessão da totalidade da participação da Petrobras em um conjunto de cinco concessões terrestres e de águas rasas, localizadas no Estado de Alagoas, denominado Polo Alagoas.

Em 5 de Julho de 2021, a Origem Alagoas celebrou *Purchase and Sale Agreement* para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, São Miguel de Campos, Furado, Paru, Pilar e Cidade de São Miguel dos Campos, os quais são conjuntamente denominados “Polo Alagoas” (“SPA Polo Alagoas”), no valor de US\$ 300.010 mil, sendo US\$ 60.000 mil (R\$ 300.132 mil) pagos na assinatura do contrato em 2021, e o restante, US\$ 240.010 mil (R\$ 1.263.533 mil), pagos no fechamento da transação em 2022, conforme Nota 3.1 às demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, conforme estabelecido no *Purchase and Sale Agreement*, na data de fechamento da transação a Companhia adquiriu os estoques da Petrobras mantido no Polo Alagoas pelo valor de US\$ 6.746 mil (R\$ 35.625 mil).

Em 4 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor total de R\$1.599.290 mil. Nessa mesma data encerrou-se o processo de transição e a Origem Alagoas passou a operar integralmente o Polo Alagoas.

Origem Energia Pilar S.A.

Tem por objetivo concentrar investimentos em projetos de geração e comércio de energia elétrica;

Origem Energia Canoas S.A.

Tem por objetivo concentrar investimentos em projetos de geração e comércio de energia elétrica;

Alpha LNG Ltda

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Alpha LNG tem por objetivo as atividades de (i) produção e processamento de gás natural; (ii) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (iii) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo; (iv) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto, outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças; (v) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; (vi) transporte rodoviário de produtos perigosos; e (vii) carga e descarga.

Principais Ativos



Por meio do portfólio de nossos ativos, possuímos vocação natural para a produção, exploração, escoamento, distribuição e, inclusive, de estocagem do gás natural – prática ainda não regulamentada no Brasil. Pela infraestrutura integrada, temos a possibilidade de (i) adquirir gás natural de terceiros para destinação futura segundo o melhor uso econômico; e (ii) estocar gás de terceiros, equilibrando o fornecimento nacional de gás natural garantindo segurança energética, regular o preço da commodity protegendo o cenário nacional contra flutuações cambiais e crises mundiais, além de, integradamente, atender o segmento de geração termelétrica e, inclusive, reduzir os custos de interiorização do gás por *small scale* GNL utilizando molécula nacional. A localização estratégica de nossos polos operacionais, principalmente, do Polo Alagoas, permite a oferta integrada de soluções de energia.

Esses ativos são estratégicos para capturar as oportunidades existentes no contexto de energia do Brasil, ofertando possibilidades para suprir demandas do mercado brasileiro, que atualmente tem perspectiva de crescimento contínuo da produção e de consumo doméstico. Isso porque além de ser menos poluente quando comparado com petróleo ou carvão, o gás natural é um combustível versátil com importante uso na geração de eletricidade, na atividade industrial, além de ser utilizado como combustível veicular e nas residências. Abaixo apresentamos destaques dos nossos principais ativos:

Polo Alagoas (AL)

A Origem Energia iniciou a gestão do complexo operacional em fevereiro de 2022. O ativo tem vocação natural para produção de gás natural – que corresponde a 70% da produção do polo. Os contratos firmados com as duas primeiras distribuidoras são *take-or-pay*, de 2 anos com Algás e 4 anos com a Bahiagás.

O polo é composto por 14 blocos exploratórios, 5 campos – sendo um deles em águas rasas, e aproximadamente 600 poços já perfurados e equipados. A localização privilegiada do ativo possibilita que o Polo Alagoas seja transformado em um dos principais hubs de energia do Nordeste, com potencial de geração de energia elétrica, estocagem subterrânea de gás e captura de carbono em campos depletados, transformação do gás natural em gás natural liquefeito com interiorização em um raio de até 700 quilômetros de Pilar por meio do *small scale*. Todas essas

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

soluções para além dos destaques de E&P como as 6 estações de processamento e coletoras, uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) com capacidade de processar 2 milhões de metros cúbicos por dia, além de estação de tratamento e processamento de petróleo. É um complexo autossuficiente e totalmente integrado, conectado à TAG (malha de gás) e ao TAMAC (ao terminal portuário de exportação de petróleo em Maceió), onde 270 km de dutos conectam este hub.

A capacidade do parque de geração composto por termelétricas flexíveis é de 330MW; com possibilidade de estocagem de 1,5 bilhões de metros cúbicos – o equivalente a 20 vezes o consumo diário brasileiro. No polo, pioneiramente, a Origem Energia foi a primeira operadora brasileira e independente do *onshore* a inaugurar, em 2022, a própria rede de LTE Privada que possibilita o uso de dados de voz, vídeo e mensagem em alta velocidade, utilizada prioritariamente para modernizar o monitoramento das operações.

Tucano Sul (BA)

Operado pela Companhia desde 2020, é outro polo autossuficiente e integrado. Também é conectado à TAG (malha de gás). Contrato GSA firmado com a Bahiagás, na modalidade take-or-pay, com duração de 6 anos, atualmente fornecendo 150k m³/dia. O polo é composto por 4 blocos exploratórios, 4 campos produtores e 45 poços interligados por uma malha de escoamento formada por 91 km de dutos. Há também duas Estações de Gás Não-Associado (EGNA) - a Conceição e Quererá. O gás do complexo é processado na Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) de Catu – sob gestão da Petrobras.

Em 2023, a Origem Energia está implementando sua rede própria de LTE Privada. Futuramente, pretendemos iniciar a construção de uma usina térmica flexível de pequena escala (5-10 MW) na região.

Demais áreas de concessão (BA, ES e RN)

Primeiros ativos a compor o portfólio da Companhia. Ao todo, são cinco concessões de óleo e gás adquiridas em leilões públicos promovidos pela ANP. Localizados nas bacias do Recôncavo (BA), Espírito Santo (ES) e Potiguar (RN), totalizam 17 poços em cinco campos com potencial produtor de gás natural e óleo. A longo prazo, são ativos passíveis de monetização.

Estratégia de atuação no setor

O setor de energia e infraestrutura é estruturante e fundamental para qualquer nação. É uma indústria com rígidos padrões de segurança e um ambiente propício à inovação. A Origem Energia baseia sua estratégia de atuação nos pontos abaixo:

- Apoiar na transformação e segurança da matriz energética brasileira por implementar soluções integradas que utilizam o gás natural rumo à descarbonização.
- Inaugurar a estocagem de gás de terceiros no Brasil, um mercado ainda não regulado no país.
- Inaugurar a captura e estocagem subterrânea de carbono por meio de projetos que possibilitem a neutralidade de emissões, outro mercado ainda não regulado e regulamentado.

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

- Promover ambientes de mercado saudáveis por ofertar gás natural de modo altamente competitivo com alta flexibilidade, baixa penalidade e preço competitivo.
- Fomentar benefícios que possam ser cascadeados para todos os atores da cadeia de suprimento do gás natural – distribuidoras, indústrias e consumidor final.

Desafios

As incertezas globais acompanhadas pela inflação e crise da cadeia de suprimentos, além da falta de políticas públicas e regulamentações trazem desafios à execução de nossos projetos. Dentre eles podemos destacar:

Falta de mão de obra capacitada e qualificada para atuar no *onshore*

- Observamos escassez de profissionais qualificados e buscamos parceiros com capacidade técnica para execução de serviços como inspeção de tubos, serviços de suporte logístico local e pequenos serviços industriais. Para lidar com essa realidade, a Companhia tem participado de rodadas de negócios com entidades com capilaridade para convocar fornecedores dos mais diversos tamanhos e perfis.
- A Companhia também tem apoiado projetos de educação de fornecedores de sondas, por exemplo, para que mais profissionais estejam habilitados para prestação de serviços operacionais terrestres.
- Internamente, a Origem Energia forma e atualiza o conhecimento de operadores – profissionais dos polos operacionais - no Programa Escola de Operadores.
- No pipeline de projetos de cunho social, a Companhia está buscando iniciativas para implementar o desenvolvimento técnico de novos profissionais nas áreas de influência de sua atuação.

Crise de suprimentos global e localmente

A Companhia busca, majoritariamente, fomentar a cadeia de fornecedores locais. Porém, quando não há essa possibilidade, busca no exterior por soluções – o que nem sempre resulta positivamente uma vez que há pouca concorrência no mercado de bens e serviços do E&P decorrente de *sourcing* no estrangeiro.

Políticas públicas e regulamentações governamentais

Para atuar frente ao novo cenário que se desenha no país e que pode impactar as atuais atividades da empresa e/ou na consecução de nossa estratégia futura, nossas operações estão vinculadas às ações do Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural, no marco legal federal do setor, e na normatização que está em desenvolvimento.

A Origem Energia também acompanha e participa dos movimentos setoriais promovidos por associações e entidades de classe como o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

(IBP), a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP), a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (ABRAGET) e o Instituto Acende.

A regulamentação governamental impacta na precificação dos produtos, na taxação de impostos, parcela do governo, produção permitida – tanto de gás como de capacidade geradora de energia ou liquefação do gás, importação e exportação de óleo e gás natural, a proteção ambiental, dentre outros tópicos altamente aderentes ao nosso negócio.

No longo prazo, buscaremos incrementar nossas reservas por meio do desenvolvimento e produção dos 18 blocos adquiridos em 2022 nas proximidades dos Polos Alagoas e Tucano no 3º Ciclo de Oferta Permanente promovido pela ANP. Além disso, nossa estratégia de expansão contempla a aquisição de ativos.

Desempenho Financeiro

Do ponto de vista de nosso desempenho, trazemos elementos que julgamos pertinentes na visão geral dos negócios e seus fatores subjacentes, no que tange resultado das operações e da situação financeira. A Companhia apresenta abaixo a demonstração de resultado consolidada referente a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Demonstração de resultado (Em milhares de reais)	Consolidado		AV 2022	AV 2021	AH %	AH R\$
	2022	2021				
Receita líquida	1.140.780	5.508	100%	100%	20611%	1.135.272
Custo dos produtos vendidos	(549.994)	(3.429)	-48%	-62%	15939%	(546.565)
Lucro bruto	590.786	2.079	52%	38%	28317%	588.707
Despesas gerais e administrativos	(197.935)	(34.424)	-17%	-625%	475%	(163.511)
Outras receitas e despesas	(11.894)	121	-1%	2%	-9930%	(12.015)
Lucro (prejuízo) operacional	380.957	(32.224)	33%	-585%	-1282%	413.181
Receitas financeiras	113.127	4.073	10%	74%	2677%	109.054
Despesas financeiras	(233.769)	(2.421)	-20%	-44%	9556%	(231.348)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre lucro	260.315	(30.572)	23%	-555%	-951%	290.887
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(31.332)	2.416	-3%	44%	-1397%	(33.748)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	228.983	(28.156)	20%	-511%	-913%	257.139

Receita líquida

A receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$1.140.780 mil comparativamente a R\$ 5.508 mil no exercício de 2021, o que representou um aumento de R\$1.135.272 mil. Este aumento é atribuído, principalmente, ao início da operação do Polo Alagoas em fevereiro de 2022. O Polo Alagoas possui mais blocos exploratórios, campos e poços comparado ao Polo Tucano Sul (o qual a Companhia operava anteriormente), além disso, possui um escoamento de 156 km de gasoduto e 76 km de oleoduto. A partir de fevereiro de 2022, sob a gestão da Companhia, o Polo Alagoas aumentou consideravelmente sua curva de produção, o que

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

resultou no aumento da receita com petróleo e gás natural da Companhia. As maiores receitas são relacionadas à venda de gás natural e petróleo, mas há também receitas de vendas de GLP e condensado de gás.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 549.994 mil comparativamente a R\$ 3.429 mil no exercício de 2021, o que representou um aumento de R\$ 546.565 mil. O aumento nos custos dos produtos vendidos é atribuído, principalmente, ao início da operação do Polo Alagoas em fevereiro de 2022, o que resultou no aumento expressivo dos custos com produtos para revenda, pessoal, operação e manutenção, royalties e com depreciação e amortização.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 590.994 mil comparativamente a R\$ 2.079 mil no exercício de 2021, representando um aumento de R\$ 588.707 mil ou 28.317%.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 197.935 mil comparativamente a R\$ 34.424 mil no exercício de 2021, representando um aumento de R\$ 163.511 mil. As despesas gerais e administrativas representaram 17% e 625% da receita líquida dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento deve-se, substancialmente, pelo aumento das despesas com pessoas e consultorias devido ao início das operações no Polo Alagoas.

Outras receitas e despesas

As outras receitas e despesas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram outras despesas líquidas de R\$ 11.894 mil comparativamente a outras receitas líquidas de R\$ 121 mil no exercício representando uma variação de R\$ 12.015 mil. As outras receitas e despesas representaram 1% e 2% da receita líquida dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente pela perda com a baixa de adiantamento para aquisição de turbina a gás de geração de energia com Mitsubishi Power Aero LLC, no valor de R\$ 15.167 mil, na controlada Origem Pilar, compensados parcialmente pelas receitas geradas nas operações dos Polos Alagoas e Tucano Sul.

Lucro operacional

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro operacional do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 380.957 mil comparativamente a um prejuízo operacional de R\$ 32.224 mil no exercício de 2021, representando uma variação de R\$ 413.181 mil.

Resultado financeiro

Em 2022, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 120.642 mil. Esse resultado é justificado, principalmente, por: (i) R\$ 119.683 mil em despesas com encargos e variação monetárias da

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

emissão de debêntures, (ii) R\$ 60.897 mil em perda em aplicações financeiras, usadas para proteção dos recursos que foram utilizados na aquisição do Polo Alagoas, (iii) R\$ 27.497 mil em despesas com instrumentos de hedge de Brent, compensados parcialmente, por: (i) R\$ 53.375 mil de receitas financeiras com Swap de CDBs, (ii) R\$ 45.627 mil receita de rendimentos com aplicações financeiras.

No exercício de 2021 a Companhia ainda estava em fase de desenvolvimento de suas atividades e possuía apenas receita financeira com ganho em aplicações financeiras parcialmente compensada pela perda no fundo cambial.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou um saldo negativo de R\$31.332 mil comparativamente a um saldo positivo de R\$ 2.416 mil no exercício de 2021, o que representou uma variação de R\$ 33.748 mil. O imposto de renda e contribuição social representou 3% e 44% da receita líquida dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social acompanham o crescimento das contas de resultado apresentadas acima, assim, o aumento é devido a apuração de resultado positivo antes dos tributos sobre lucro.

Lucro (prejuízo) do exercício

Em decorrência dos fatores explicados acima, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 228.983 mil comparativamente a um prejuízo de R\$ 28.156 mil no exercício de 2021, representando uma variação de R\$ 257.139 mil. A Companhia apresentou margem líquida de 20% e -511% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Demonstramos na tabela abaixo a reconciliação do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado com os valores constantes das nossas demonstrações financeiras consolidadas e/ou registros contábeis.

(Em milhares de reais)	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	228.983	(28.156)
Resultado financeiro líquido	120.642	(1.652)
IRPJ/CSLL corrente e diferido	31.332	(2.416)
Depreciação e amortização	66.490	1.668
EBITDA¹	447.447	(30.556)
Margem EBITDA²	39,2%	-554,8%
Perdas com operações não realizadas ³	15.167	-
Despesas com M&A ⁴	31.879	1.569
EBITDA Ajustado⁵	494.493	(28.987)

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Margem EBITDA Ajustado⁶	43,3%	-526,3%
---	-------	---------

¹ O EBITDA (*sigla para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, desta forma, não devem ser considerados isoladamente e/ou alternativas ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia.

² A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida.

³ Refere-se à baixa de adiantamento efetuado para aquisição de turbina a gás de geração de energia para a Mitsubishi Power Aero LLC, pela controlada Origem Pilar.

⁴ Refere-se, substancialmente, a despesas não recorrentes incorridas pela Companhia no âmbito de aquisições realizadas ao longo dos exercícios de 2022 e 2021, quais sejam: (i) assessoria jurídica, (ii) assessoria financeira, (iii) despesas gerais, e (iv) prêmio extraordinário para colaboradores.

⁵ O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos), pelos custos e despesas de depreciação e amortização, pelas perdas com operações não realizadas e despesas com M&A. O EBITDA Ajustado não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e, desta forma, não devem ser considerados isoladamente e/ou alternativas ou substitutos do lucro líquido (prejuízo), do resultado operacional, dos fluxos de caixa, nem como indicador de liquidez, capacidade de pagamento da dívida e/ou base para a distribuição de dividendos de nossa Companhia.

⁶ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 494.493 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e Margem EBITDA Ajustado foi de 43,3%.

Estrutura de Capital

No início de nossas operações, em 2020 e 2021, a Companhia teve recursos aportados pelos acionistas. Considerando o último exercício também houve aporte, com aumento do capital mediante emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e nosso patrimônio líquido aumentou 242,7%, de R\$ 435.681 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.493.176 mil em 31 de dezembro de 2022. Cabe comentar que, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social, houve redução do capital social em R\$ 612.996 mil.

A Origem Energia Alagoas S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries para distribuição pública, que captaram juntas R\$ 690.413 mil, com vencimento em março de 2028 e tendo como garantia real alienação fiduciária de ações da Companhia, máquinas, equipamentos e ativos em estoque, e alienação fiduciária e penhor de outros direitos e concessões da Companhia.

Como resultado do aumento significativo no passivo circulante e não circulante da companhia, decorrente da 1ª emissão de debêntures tivemos grande variação em nosso endividamento. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento, ou seja, capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante) dividido pelo patrimônio líquido, era de 0,87. Em 31 de dezembro de 2022, tínhamos R\$ 306.809 mil em caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

dezembro de 2021, nosso índice de endividamento era de 0,04. À época, a nossa posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 78.181 mil. Em 31 de dezembro de 2021, não tínhamos dívida bancária. Em 31 de dezembro de 2022, nossa dívida líquida¹ totalizava R\$ 458.597 mil, com um índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido de 0,31.

Atualmente, entendemos que temos uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio (53,5%) e de terceiros (46,5%), totalizando R\$ 2.790.103 mil.

E o índice de liquidez geral (ativo circulante e não circulante, excluindo o saldo de imobilizado e intangível, dividido pelo passivo circulante e não circulante) e índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) da Companhia eram de 0,64 e 1,33, respectivamente

Composição do saldo de investimentos em 2022:

	2022
Origem Alagoas	1.263.522
Origem Pilar	732
Origem Canoas	(10)
Alpha	2.230
Mais-valia – Concessões	
Garça Branca	4.286
Saíra	4.913
Mosquito	1.548
Tiziu	1.313
Fazenda Gameleira	634
Total	1.279.168

- Em 9 de março de 2020, a Companhia celebrou Purchase and Sale Agreement para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. nos contratos de concessão dos campos de Conceição, Fazenda Matinha, Fazenda Santa Rosa e Quererá, os quais são conjuntamente denominados “Polo Tucano Sul” (“SPA Tucano Sul”). No mês de dezembro de 2020 os campos entraram em operação.
- Em 5 de Julho de 2021, a Companhia celebrou Purchase and Sale Agreement para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, São Miguel de Campos, Furado, Paru, Pilar e Cidade de São Miguel dos Campos, os quais são conjuntamente denominados “Polo Alagoas” (“SPA Polo Alagoas”). Em 4 de fevereiro de 2022 a Companhia concluiu aquisição do referido polo, nessa mesma data

¹ A Dívida Líquida é uma medida não contábil calculada pela Companhia e consiste no somatório das debêntures (circulante e não circulante) subtraída do caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. Esta medida não contábil não possui um significado padrão e, desta forma, outras sociedades podem calcular tal medida de maneira diferente ao calculado pela Companhia, fazendo com que a Dívida Líquida divulgada pela Companhia não seja comparável com medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras sociedades.

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

encerrou-se o processo de transição e a Companhia passou a operar integralmente o Polo Alagoas.

ESG – Environmental, Social e Governança Corporativa

Comprometida com o desenvolvimento do país e impacto positivo nas regiões onde atuamos, a Origem Energia considera relevante para seus negócios os eixos Ambiental, Social e de Governança Corporativa. Como companhia em expansão, estamos em processo de estruturação de ações que caminham em paralelo ao nosso desenvolvimento. Nosso plano de negócios e estratégias estão integrados à agenda ESG. E apresentamos destaques a seguir.

Os negócios da Companhia e a contribuição para resolução de problemas ESG.

Estocagem

A infraestrutura disponível nos ativos da Companhia permite a disponibilização pioneira no mercado nacional de serviço de estocagem, seja de gás natural ou de CO₂. A empresa possui potencial capacidade de estocar 1,5 bilhão de metros cúbicos de gás natural, mais barato do que o estoque no estado líquido (GNL). Com esse projeto, será possível oferecer uma alternativa aos carregadores para balanceamento de portfólios, contribuindo para criar diferentes formas de precificação e favorecer a estabilidade dos preços. A estratégia de estocagem também viabiliza projetos de CCS (*Carbon Capture and Storage*) com a retirada de carbono da atmosfera, utilizando os campos depletados em suas instalações. Essas duas operações constituem relevantes oportunidades em desenvolvimento e, quando implementadas, demonstram a aderência do modelo de negócio da empresa às tendências ASG do mercado.

Geração Termelétrica Flexível

Além de ser uma fonte primária de grande disponibilidade, possuir custo competitivo e menor nível de emissão de CO₂ entre os combustíveis fósseis, o Gás Natural pode ser utilizado de forma diferenciada em termelétricas ultra flexíveis que possibilitem a entrada de mais renováveis no sistema, uma vez que dão suporte ao risco de intermitência dessas fontes e contribuem para a garantia de maior segurança energética ao país. Tanto os benefícios do uso do Gás Natural como as características técnicas e operacionais das termelétricas da Origem, apresentam aderência com estratégias ESG.

Small Scale Liquefied Natural Gas (ssLNG)

A liquefação de Gás Natural para interiorização e deslocamento de combustíveis que apresentam altos níveis de emissões é outra iniciativa que contribui para acelerar a transição energética em curso e a democratização do acesso ao gás no país.

Segurança e Gestão Socioambiental

Ainda que as ações aderentes à gestão social ambiental da Companhia estejam sendo consolidadas, a Origem Energia conta com suporte externo para melhor mapear e endereçar oportunidades e impactos nesses eixos.

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

Entendemos, que as atividades realizadas pela Companhia podem impactar os meios de vida e as comunidades do entorno. Somos preocupados com a segurança de nossos colaboradores, de nossas operações e das comunidades do entorno e estamos construindo a cultura de meio ambiente e segurança da empresa aderente às melhores práticas. Para resposta às emergências, implementamos desde o primeiro ano as diretrizes do *Incident Command System* (ICS). Ao longo de 2022, investimos aproximadamente R\$1.5 milhão em treinamentos e campanhas de segurança para nossos colaboradores e prestadores.

Mesmo que nosso processo de gestão de riscos socioambientais e identificação de riscos estejam em construção, temos relacionamento já estabelecido com os proprietários de terra onde há sobreposição com nossas operações – uma característica da operação terrestre.

Somos engajados em proporcionar desenvolvimento local nas áreas de influência de nossas operações. Por isso, já promovemos e apoiamos pequenos projetos – tanto interno como externo com viés estruturante alinhados à educação e ao empreendedorismo. Temos planos de seguir fomentando projetos focados em educação, cultura, equidade de gênero e empreendedorismo. Brevemente, ampliaremos os investimentos com orçamentos dedicados ao desenvolvimento de projetos nos próximos anos.

Nosso setor está sujeito a robusta regulamentação ambiental e de saúde e segurança. As necessidades de compliance em segurança do trabalho e saúde do trabalho, bem como gerenciamento de nossas licenças de operações e respectivas condicionantes estão endereçadas por processos internos e com controles estabelecidos, de maturidade mais elevada.

Do ponto de vista de gestão estratégica das questões socioambientais hoje não há estruturas formalmente estabelecidas, mas estão sendo desenvolvidas ações para possibilitar a implementação.

Com quase dois anos de Companhia, reconhecemos as muitas oportunidades para desenvolvimento da nossa jornada ESG, e temos clara intenção de estabelecer um legado socioambiental positivo nos arredores de nossas operações.

Por fim, nossos indicadores de Saúde e Segurança têm resultados satisfatórios, o que entendemos ser resultados de nossa gestão interna e de nossos terceiros, com controles rígidos de treinamento e monitoramento.

Governança Corporativa

Estamos construindo nossos mecanismos de governança corporativa e já possuímos algumas diretrizes bem definidas e compartilhadas com nossos públicos de relacionamento.

Por meio de políticas e processos internos aderentes às melhores práticas, acompanhamento de indicadores e tendências de mercado, além da utilização de sistema integrado de gestão empresarial como o SAP, a Origem Energia tem construído sua governança.

Com ética e transparência, procuramos unir as melhores práticas de Compliance à segurança das pessoas, da informação e das operações. Além do nosso Código de Ética, possuímos um Canal de Ética que permite que denúncias sejam realizadas anonimamente.

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

No Sistema de Gestão Integrado da companhia é possível encontrar as políticas e documentos alinhados às orientações dos órgãos reguladores com o objetivo de garantir ainda mais segurança e eficiência em todos os processos.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Estabelecemos ações de inovação. Nosso P&DI está atualmente voltado para o fomento de uma economia de baixo carbono através de novas rotas tecnológicas (hidrogênio verde, biocombustíveis avançados, hidrogênio a partir de resíduos industriais).

Com vistas a ampliação, iniciamos parcerias com quatro universidades nos estados em que possuímos operações. Suportando o desenvolvimento de projetos com captação de recursos públicos de financiamento para fomento de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, e em alguns casos com investimento da Origem. Como exemplo de projetos que foram desenvolvidos temos Inovação na utilização de gases residuais para geração de energia elétrica e projetos relacionados à diesel verde e bioquerosene.

De modo pioneiro, a Origem Energia é a primeira operadora independente *onshore* a possuir a própria LTE Privada – uma rede de dados telefônicos e de internet que moderniza as operações alinhadas com as mais avançadas tecnologias disponíveis no mercado.

Estamos em constante aprimoramento, crescimento e estruturação, com implementação dinâmica de melhorias. Planejando nossas ações para atingimento de nossos objetivos estratégicos, com a transparência e robustez necessárias.

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Origem Energia esclarece que a empresa Ernst Young Auditores Independentes S.S., presta os serviços para Companhia desde 05/04/2021. No exercício de 2022, prestou a esta Companhia, os seguintes serviços:

- Auditoria independente para fins da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) referente aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou o valor total de R\$ 748 mil de honorários a título de remuneração pelos serviços prestados de Auditoria independente, conforme descrito acima.

Os auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.) foram contratados, em 17 de janeiro de 2023, para prestar serviço de revisão dos impactos do Pronunciamento Técnico CPC 06/IFRS 16 nos contratos de arrendamento da Companhia. O

Relatório da Administração
Em 31 de dezembro de 2022

serviço foi executado ao longo do mês de janeiro de 2023, e por ele é devido honorários totais no montante de R\$70.000,00, representando 9,3% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Ressalta-se que os trabalhos de revisão foram realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda também prestou serviços de assessoria de revisão dos arquivos de escrituração contábil fiscal, escrituração contábil digital, escrituração fiscal digital, análise de créditos de PIS e Cofins e assessoria na revisão do PIS e Confis. Por esses serviços foram incorridos honorários no montante de R\$ 146.150,00, representando 20% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda também prestou serviços de assessoria no âmbito da preparação para o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários junto à CVM. Por esses serviços foram incorridos honorários no montante de R\$ 180.000,00, representando 24% dos honorários relativos aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

A contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes é realizada de forma que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Origem Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Origem Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 2.19 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas derivam da venda de petróleo e de gás natural.

O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de vendas de produtos; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria sobre o reconhecimento de receitas; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.19 e 25, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 3.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu, por meio de sua controlada direta Origem Energia Alagoas S.A., em 4 de fevereiro de 2022, o processo de aquisição do Polo Alagoas. Esta transação foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (*IFRS 3 - Business Combinations*), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios.

Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iii) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Estimativa de provisões para abandono

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.16 e 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contabilizado provisão para o abandono (ARO – *Asset Retirement Obligation*) no montante de R\$ 46.585 mil. Devido à natureza das suas operações, a Companhia incorrerá em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do encerramento da produção de petróleo e gás em cada área correspondente. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto, taxas de conversão de moeda estrangeira e os valores originais que são cotados por fornecedores específicos. Identificamos essa estimativa como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das referidas premissas, e as incertezas relacionadas, em especial o prazo, os custos estimados de abandono e a taxa de desconto utilizada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) avaliação dos procedimentos relacionados à determinação das estimativas do valor da provisão para restaurar e reabilitar ativos de produção de petróleo; (ii) análise da previsão da época do abandono a partir das projeções de produção e estimativa da data limite da economicidade do ativo; (iii) com auxílio de nossos especialistas de modelos financeiros, analisamos as premissas utilizadas, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, taxas de inflação, de desconto e de risco; (iv) análise da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando avaliar os principais inputs, como os custos, a inflação e as taxas de desconto, assim como do plano de abandono; (v) conferência aritmética dos resultados das estimativas, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (vi) avaliação da adequação da divulgação da provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados consideramos que os critérios e premissas, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.16 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”)

Conforme divulgado nas notas 14 e 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui ativo imobilizado e intangível no montante de R\$1.692.819 mil e R\$264.625 mil, respectivamente. Para a avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (“*impairment*”), a Companhia estima o valor recuperável utilizando fluxos de caixa projetados das unidades geradoras de caixa (“UGCs”) de exploração e produção de petróleo e gás, e compara com seus valores contabilizados.

As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de fatores associados ao volume de produção futura e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, preço das commodities, custo de produção (“OPEX”), gastos com investimentos (“CAPEX”) e premissas econômicas como as taxas de desconto e as taxas câmbio.

Devido ao grau de complexidade e subjetividade na determinação das premissas e projeções usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, (i) Avaliação dos procedimentos para identificar a necessidade de constituição de *impairment*; (ii) Avaliação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás utilizadas no fluxo de caixa descontado, e os prazos de recuperação das reservas, comparando-as com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção; (iii) avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (iv) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar as premissas utilizadas para determinar as taxas de desconto utilizadas pela Diretoria da Companhia; e (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor recuperável dos ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos adotados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Nota	Controladora			Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	4	73.796	77.681	-	306.809	78.181
Caixa restrito	5	160	-	-	3.135	-
Contas a receber com terceiros	6	3.021	1.857	557	136.370	1.967
Contas a receber com partes relacionadas	24	26.181	-	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	7	63.585	-	-	-	-
Derivativos	30	-	-	-	41.383	-
Estoque	8	920	-	-	78.697	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	6.438	1.183	-	69.810	1.183
Outros tributos a recuperar	9	1.992	17	-	31.764	17
Despesas antecipadas	-	1.449	205	34	3.404	206
Adiantamentos	10	1.641	1.478	-	10.872	1.478
Cauções de depósitos vinculados	11	-	-	-	-	3.149
		179.183	82.421	591	682.244	86.181
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	47.474	2.454	-	63.884	2.454
Empréstimo com parte relacionada	24	-	-	500	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	5.402	9.429	-	-	-
Adiantamentos	10	2.078	-	-	10.275	300.132
		54.954	11.883	500	74.159	302.586
Investimentos	13	1.279.178	326.832	-	-	-
Imobilizado	14	70.746	13.706	5.886	1.692.819	29.918
Intangível	15	25.255	18.780	17.680	264.625	35.720
Direito de uso	16	14.555	144	-	76.256	144
		1.444.688	371.345	24.066	2.107.859	368.368
Total do ativo		1.623.871	453.766	24.657	2.790.103	454.549

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Nota	Controladora			Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	17	27.770	2.115	2	127.879	2.800
Obrigações trabalhistas	18	18.901	7.486	-	44.095	7.486
Dividendos e JCP a pagar	23	47.711	365	-	47.711	365
Contas a pagar com partes relacionadas	24	1.712	-	623	-	-
Imposto de renda e contribuição social	19	16	16	16	64.716	16
Outros tributos a recolher	19	2.637	1.282	100	28.955	1.341
Debêntures	20	-	-	-	127.035	-
Derivativos	30	209	-	-	54.486	-
Passivo de arrendamento	16	4.138	15	-	25.519	15
Outras obrigações	-	-	1	-	-	40
		103.094	11.280	741	520.396	12.063
Não circulante						
Provisão de abandono	21	7.505	6.646	5.886	46.585	6.646
Debêntures	20	-	-	-	638.371	-
Passivo de arrendamentos	16	11.848	159	-	55.273	159
Plano de incentivo de longo prazo	22	8.238	-	-	8.238	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	-	28.064	-
Provisão para perda em investimentos	13	10	-	-	-	-
		27.601	6.805	5.886	776.531	6.805
Patrimônio líquido						
Capital social	-	1.340.541	464.688	17.639	1.340.541	464.688
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(877)	(877)	-	(877)	(877)
Reserva legal	-	11.469	19	-	11.469	19
Reserva de investimentos	-	142.043	-	-	142.043	-
Lucro (prejuízos) acumulados	-	-	(28.149)	391	-	(28.149)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.493.176	435.681	18.030	1.493.176	435.681
Total do passivo e patrimônio líquido		1.623.871	453.766	24.657	2.790.103	454.549

Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora			Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	25	39.139	5.508	473	1.140.780	5.508
Custos dos produtos vendidos	26	(36.832)	(3.429)	(62)	(549.994)	(3.429)
Resultado bruto		2.307	2.079	411	590.786	2.079
Despesas gerais e administrativas	27	(90.591)	(29.773)	(58)	(197.935)	(34.424)
Resultado de equivalência patrimonial	13	323.127	(4.598)	-	-	-
Outras receitas e despesas	28	1.951	-	-	(11.894)	121
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e contribuição social		236.794	(32.292)	353	380.957	(32.224)
Receitas financeiras	29	14.584	4.071	94	113.127	4.073
Despesas financeiras	29	(67.411)	(2.389)	(3)	(233.769)	(2.421)
Resultado financeiro		(52.827)	1.682	91	(120.642)	1.652
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		183.967	(30.610)	444	260.315	(30.572)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	-	-	(61)	(64.699)	(38)
Impostos de renda e contribuição social diferido	12	45.021	2.454	-	33.367	2.454
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		228.988	(28.156)	383	228.983	(28.156)
Atribuído aos controladores		228.988	(28.156)	383	228.988	(28.156)
Atribuído aos não controladores		-	-	-	(5)	-
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação		0,19	(0,14)	0,02	0,19	(0,14)

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	228.988	(28.156)	383	228.983	(28.156)
Mudança na participação relativa em controlada	-	(877)	-	-	(877)
Total dos resultados abrangentes do exercício	228.988	(29.033)	383	228.983	(29.033)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de lucro					Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reservas legal	Reserva para investimentos	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.000	-	-	-	8	6.008	6.008
Aumento de capital	11.639	-	-	-	-	11.639	11.639
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	383	383	383
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.639	-	-	-	391	18.030	18.030
Aumento de capital	447.049	-	-	-	-	447.049	447.049
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(28.156)	(28.156)	(28.156)
Constituição de reservas	-	19	-	-	(19)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(365)	(365)	(365)
Mudança na participação relativa em controlada	-	-	-	(877)	-	(877)	(877)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	464.688	19	-	(877)	(28.149)	435.681	435.681
Aumento de capital	1.488.849	-	-	-	-	1.488.849	1.488.849
Redução de capital	(612.996)	-	-	-	-	(612.996)	(612.996)
Operação com não controladores	-	-	-	-	-	-	5
Lucro do exercício	-	-	-	-	228.988	228.988	228.983
Constituição de reservas	-	11.450	142.043	-	(153.493)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(47.346)	(47.346)	(47.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.340.541	11.469	142.043	(877)	-	1.493.176	1.493.176

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Notas	Controladora			Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	23	228.988	(28.156)	383	228.983	(28.156)
Equivalência patrimonial	13	(323.127)	4.598	-	-	-
Depreciações e amortizações	26/27	7.931	698	-	65.520	1.668
Amortização da mais valia	13	970	889	-	970	-
Imposto de renda e contribuição social	12	(45.021)	(2.454)	116	31.332	(2.416)
Provisões de prêmio	18	3.502	5.153	-	17.837	5.153
Outras provisões trabalhistas	18	7.913	1.573	-	18.772	1.573
Plano de incentivos de longo prazo	22	8.238	-	-	8.238	-
Resultado com derivativos	29	3.409	-	-	(22.019)	-
Atualização provisão de abandono	21	859	760	-	4.977	760
Juros sobre passivo de arrendamento	16	1.187	-	-	7.923	-
Encargos sobre debêntures	20	-	-	-	119.693	-
Perda com adiantamentos	28	-	-	-	15.167	-
Varição em ativos e passivos						
Contas a receber de clientes	6	(1.164)	(1.300)	(557)	(134.403)	(1.967)
Contas a receber com partes relacionadas	24	(24.469)	-	-	-	-
Derivativos de opções de hedge	29	-	-	-	(15.424)	-
Adiantamento a fornecedores	10	(2.241)	(1.478)	(33)	(19.669)	-
Caixa restrito	5	(160)	-	-	(3.135)	-
Cauções de depósitos vinculados	11	-	-	-	3.149	(3.149)
Impostos e contribuições a recuperar	9	(4.147)	(1.200)	-	(58.644)	(1.200)
Despesas antecipadas	-	(1.244)	-	-	(3.198)	-
Estoques	8	(920)	-	-	(43.072)	-
Fornecedores	17	24.721	2.113	(72)	84.670	2.800
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	9	-	-	-	(41.730)	-
Outros tributos correntes	19	1.355	1.942	-	27.614	2.117
Outros ativos/passivos circulantes	-	(14)	(294)	122	(221)	(204)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		(113.434)	(17.156)	(41)	293.330	(23.021)
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Derivativos	-	(3.200)	-	-	50.546	-
Pagamento em combinação de negócios	-	-	-	-	(1.299.158)	(299.770)
Aumento de capital em controladas	13	(1.377.851)	(315.632)	-	-	-
Compra de ações de controlada	-	-	(1.249)	-	-	-
Ágio pago na aquisição de ações de controlada	13	-	(14.553)	-	-	-
Redução de capital em controladas	13	690.413	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	14	(58.953)	(8.025)	-	(261.247)	(24.300)
Aquisição de intangível	15	(8.907)	(1.592)	(17.680)	(53.450)	(37.081)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	(5.402)	(9.429)	-	-	-
Outros	-	5	-	-	5	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(763.895)	(350.480)	(17.680)	(1.563.304)	(361.151)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Aumento de capital	23	1.488.849	445.287	11.639	1.488.849	462.323
Redução de capital	23	(612.996)	-	-	(612.996)	-
Debêntures captadas	20	-	-	-	690.413	-
Custos e prêmio na emissão das debêntures	20	-	-	-	(9.770)	-
Liquidação Swap e juros debêntures	20	-	-	-	(34.930)	-
Passivo de arrendamento	16	(2.409)	30	-	(22.964)	30
Caixa gerado nas atividades de financiamento		873.444	445.317	11.639	1.498.602	462.353
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa						
		(3.885)	77.681	(6.082)	228.628	78.181
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	77.681	-	6.082	78.181	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	73.796	77.681	-	306.809	78.181

Demonstração do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	49.178	6.893	557	1.326.704	6.893
Venda de mercadorias, produtos e serviços	49.178	6.893	557	1.326.704	6.893
Insumos adquiridos de terceiros	(86.756)	(17.502)	(58)	(513.142)	(21.912)
Custo dos produtos vendidos	(31.734)	(1.792)	-	(292.170)	(1.792)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(55.022)	(15.710)	(58)	(220.972)	(20.120)
Valor adicionado bruto	(37.578)	(10.609)	499	813.562	(15.019)
Depreciação, amortização e exaustão	(8.901)	(1.622)	-	(66.490)	(1.686)
Valor adicionado líquido produzido	(46.479)	(12.231)	499	747.072	(16.705)
Valor adicionado recebido em transferência	367.011	2.125	94	130.498	6.842
Resultado de equivalência patrimonial	323.127	(4.598)	-	-	-
Receitas financeiras	14.584	4.071	94	113.127	4.073
Outras	29.300	2.652	-	17.371	2.769
Valor adicionado total a distribuir	320.532	(10.106)	593	877.570	(9.863)
Distribuição do valor adicionado	320.532	(10.106)	593	877.570	(9.863)
Pessoal	47.837	13.425	62	143.935	13.557
Remuneração direta	33.882	11.211	62	102.138	11.290
Benefícios	12.379	1.813	-	35.874	1.865
FGTS	1.576	401	-	5.923	402
Impostos, taxas e contribuições	(23.704)	2.236	145	270.883	2.315
Federais	(29.683)	1.432	113	195.982	1.496
Estaduais	5.860	772	32	74.765	772
Municipais	119	32	-	136	47
Remuneração de capitais de terceiros	67.411	2.389	3	233.769	2.421
Despesas financeiras	67.411	2.389	3	233.769	2.421
Remuneração de capitais próprios	228.988	(28.156)	383	228.983	(28.156)
Dividendos	47.346	365	-	47.346	365
Lucros retidos e prejuízos do exercício	181.642	(28.521)	383	181.642	(28.521)
Participação de não controladores	-	-	-	(5)	-

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

1. Contexto operacional

A Origem Energia S.A. (“Origem Energia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, denominada anteriormente como, Eagle Exploração de Óleo e Gás Ltda., foi constituída em 1º de novembro de 2018, sob a forma de sociedade limitada. A sede da Companhia fica situada na Rua Lauro Muller, 116, sala 4402, Botafogo, Rio de Janeiro. A companhia atua no setor de óleo e gás com foco no redesenvolvimento de campos maduros em produção de petróleo e gás natural no Brasil, tendo por objeto a exploração, produção, processamento e comercialização de petróleo e gás natural, a prestação de serviços de apoio à extração de petróleo e gás natural, assim como desenvolvimento de projetos para futura geração e comercialização de energia elétrica.

Para efeitos deste relatório, a Origem Energia S.A e suas controladas são denominadas, isoladamente ou em conjunto, “Companhia” ou “Grupo”, respectivamente.

Polo Tucano Sul

Em 9 de março de 2020, a Origem Energia celebrou *Purchase and Sale Agreement* para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) nos contratos de concessão dos campos de Conceição, Fazenda Matinha, Fazenda Santa Rosa e Quererá, os quais são conjuntamente denominados “Polo Tucano Sul” (“SPA Tucano Sul”). No mês de dezembro de 2020 os campos entraram em operação. O polo opera com a extração de gás natural e condensado de gás.

Polo Alagoas

Em 05 de Julho de 2021, a controlada Origem Energia Alagoas S.A (“Origem Alagoas”), celebrou *Purchase and Sale Agreement* para adquirir 100% das participações detidas pela Petrobras nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar, os quais são conjuntamente denominados “Polo Alagoas” (“SPA Polo Alagoas”). Em 04 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor total de R\$1.599.290. Nessa mesma data encerrou-se o processo de transição e a Origem Alagoas passou a operar integralmente o Polo Alagoas. O polo opera com a extração de gás natural, GLP e petróleo.

Demais áreas de concessão

Em 10 de setembro de 2019, a Origem Energia participou de licitação do Primeiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para concessão de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural realizado pela ANP, arrematando 4 (quatro) áreas com acumulações marginais, compostas por Fazenda Gameleira (Bacia do Recôncavo), Mosquito (Bacia do Espírito Santo), Saíra (Bacia do Espírito Santo) e Tiziu (Bacia do Potiguar). A concessão para exploração dessas áreas tem duração de 15 anos. Os campos encontram-se em fase de reabilitação.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

Em 13 de abril de 2022, a Origem Energia participou de licitação do Terceiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para concessão de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural realizado pela ANP, arrematando 14 (catorze) blocos na Bacia de Sergipe-Alagoas e 4 (quatro) blocos na Bacia de Tucano. A fase de exploração, para toda a área de concessão, tem duração prevista de 5 e 6 anos respectivamente. Os campos encontram-se em fase exploratória.

Programa de trabalho inicial

Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, a Origem Energia deverá executar as obrigações relativas ao Programa de Trabalho Inicial (“PTI”) integralmente durante a fase de reabilitação dos campos. A seguir está a composição das garantias estabelecidas para o PTI:

	Valor do Programa de Trabalho Inicial (Em milhares de reais)	Garantia do Programa de Trabalho Inicial (Em milhares de reais)
Garça Branca	700	210
Tiziu	700	210
Saira	2.100	630
Mosquito	700	210
Fazenda Gameleira	700	210
	4.900	1.470

Programa exploratório mínimo

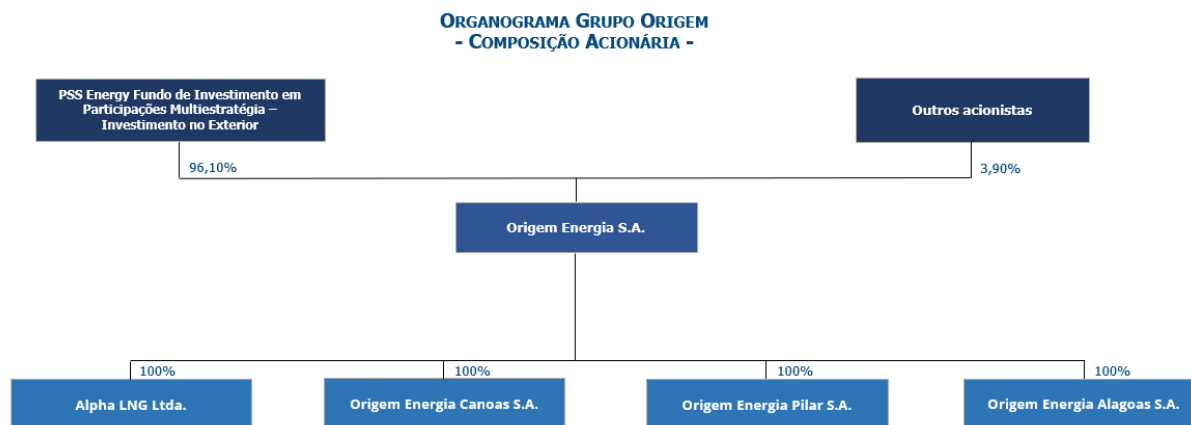
Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, a Origem Energia deverá executar as obrigações relativas ao Programa exploratório mínimo (“PEM”) integralmente durante a fase de exploração dos campos. A seguir está a composição das garantias estabelecidas para o PEM:

	Valor do programa exploratório mínimo (Em milhares de reais)	Garantia do programa exploratório mínimo (Em milhares de reais)
Sergipe-Alagoas	18.416	5.525
Tucano	12.984	3.895
	31.400	9.420

Estrutura organizacional

Em 31 de dezembro de 2022 a Origem Energia é controladora de 100% do capital social direto das seguintes sociedades: Origem Energia Alagoas S.A., (“Origem Alagoas”), denominada anteriormente como Petromais Global Exploração e Produção S.A., Origem Energia Pilar S.A. (“Origem Pilar”), Origem Energia Canoas S.A. (“Origem Canoas”), Alpha LNG Ltda (“Alpha”).

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)



Origem Alagoas (Polo Alagoas)

A Origem Alagoas, nova denominação da Petromais Global Exploração e Produção S.A. – Petromais, é uma sociedade anônima de capital fechado, cujos objetivos são a exploração, a produção, o processamento e a comercialização de petróleo e gás natural e a prestação de serviços de apoio à extração de petróleo e gás natural.

O Polo Alagoas compreende cinco concessões de produção (Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar), todas localizadas na região leste do Estado de Alagoas. Com exceção de Paru, com um poço produtor de gás localizado em águas rasas, os demais estão em áreas terrestres.

Em 17 de junho de 2020, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informou ao mercado o início da etapa de divulgação de oportunidade referente à venda da totalidade de sua participação em um conjunto de cinco concessões de campos de terra (terrestres) e de águas rasas (**Polo Alagoas**) localizadas no Estado de Alagoas.

Em 29 de julho de 2020, a Petrobras informou o início da fase não vinculante referente à venda da totalidade de sua participação em um conjunto de concessões terrestres e de águas rasas (**Polo Alagoas**) no Estado de Alagoas.

Em 30 de junho de 2021, foi assinado contrato entre a Petromais e a Petrobras para a cessão da totalidade da participação da Petrobras em um conjunto de cinco concessões terrestres e de águas rasas, localizadas no Estado de Alagoas, denominado **Polo Alagoas**.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Em 5 de Julho de 2021, a Origem Alagoas celebrou Purchase and Sale Agreement para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, São Miguel de Campos, Furado, Paru, Pilar e Cidade de São Miguel dos Campos, os quais são conjuntamente denominados “Polo Alagoas” (“SPA Polo Alagoas”), no valor de US\$300.010 , sendo US\$60.000 (R\$ 300.132) pagos na assinatura do contrato em 2021, e o restante, US\$240.010 (R\$ 1.263.533), pagos no fechamento da transação em 2022, conforme Nota 3.1. Adicionalmente, conforme estabelecido no *Purchase and Sale Agreement*, na data de fechamento da transação o Companhia adquiriu os estoques da Petrobras mantido no Polo Alagoas pelo valor de US\$ 6.746 (R\$ 35.625).

Em 4 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor total de R\$1.599.290. Nessa mesma data encerrou-se o processo de transição e a Origem Alagoas passou a operar integralmente o Polo Alagoas.

Origem Energia Pilar S.A. (Origem Pilar)

A Origem Pilar tem por objetivo as atividades de geração e comércio atacadista de energia elétrica.

Origem Energia Canoas S.A. (Origem Canoas)

A Origem Canoas tem por objetivo as atividades de geração e comércio atacadista de energia elétrica.

Alpha LNG Ltda (Alpha)

Alpha LNG Ltda (“Alpha”) tem por objetivo as atividades de (i) produção e processamento de gás natural; (ii) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (iii) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo; (iv) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto, outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças; (v) aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador; (vi) transporte rodoviário de produtos perigosos; e (vii) carga e descarga.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos saldos mensurados pelo valor justo, quando indicados.

Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 13 de março de 2023.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

O Grupo entende que controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidados, a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Origem Energia o resultado do exercício das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras consolidadas.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

<u>Companhia</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Petromais Exploração e Produção S.A.	-	100%
Origem Energia Pilar S.A.	100%	100%
Origem Energia Alagoas S.A.	100%	99,27%
Origem Energia Canoas S.A.	100%	51%
Alpha LNG Ltda	100%	-

As datas das demonstrações financeiras são coincidentes para todas as empresas que compõem as informações consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas informações financeiras são uniformes.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como “Moeda Funcional”, para a Origem Energia e para cada uma de suas controladas, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que a Companhia está inserida assim como cada uma das controladas. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado financeiro.

2.4. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado do exercício na linha de receita ou despesa financeira. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

2.6. Caixa restrito

São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos com superficiários não identificados, e compõem-se de aplicações em poupança com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes se referem aos valores recebíveis pelos produtos vendidos e serviços realizados no curso normal das atividades do Grupo.

O Grupo mantém contas a receber de clientes para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito estimadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são demonstrados como ativos não circulantes.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo de perdas de crédito esperadas (PCE), permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 para aplicação a entidades que não sejam instituições financeiras. A PCE estimada é calculada utilizando a abordagem simplificada, com base em dados históricos obtidos pelo Grupo.

Nenhuma perda de crédito esperada foi reconhecida no exercício, a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo para clientes que não tem histórico de inadimplência.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivos fiscais

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Incentivo fiscal - SUDENE

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste. O incentivo fiscal SUDENE, provê o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Em atendimento as leis 11.638/07 e 11.941/09 e CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei ("data de transição") é contabilizado no resultado do exercício para posterior destinação à reserva de lucros de incentivos fiscais a que se refere o art. 195A da Lei no. 6406/76, conforme orientação da Lei nº 11.941/09. O saldo deste incentivo somente pode ser utilizado para aumento de capital social.

2.10. Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio, quando aplicável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.11. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. A depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas (P1), para os ativos de óleo e gás, e no método linear ao longo da vida útil estimada, para os demais ativos.

Os gastos com exploração, reabilitação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*).

Os gastos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos.

Os gastos incorridos na fase exploratória, associados diretamente aos poços são capitalizados como ativos de exploração até que sua perfuração esteja completa e a avaliação da descoberta finalizada.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Quando as avaliações das descobertas das reservas de óleo e gás são positivas, o custo é mantido no imobilizado até a conclusão do processo de declaração de comercialidade. Se a avaliação da descoberta não é encontrada, o custo do ativo exploratório é baixado ao resultado.

A Companhia reconhece como parte do ativo imobilizado, a contrapartida dos gastos estimados para remoção e recuperação ambiental do futuro abandono das áreas, registrados em sua provisão passiva de abandono (**Nota 2.16**). Sua depreciação ocorre em conjunto com os demais ativos de óleo e gás.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados ao menos anualmente, ao final do exercício, e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

Depreciação: Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (*UOP - Units of Production*). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear conforme apresentado abaixo:

	Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10	10%
Máquinas e equipamentos	5	20%
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Ferramentas	10	10%
Equipamentos de informática	5	20%

2.12. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no exercício e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.13. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

2.14. Arrendamentos

A Companhia avalia todos os contratos que podem se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e desconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do período ao longo do prazo do contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial.

O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros incorridos com base na taxa incremental de empréstimo. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

2.15. Fornecedores

Os fornecedores estão classificados na categoria de custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do período.

2.16. Provisão de abandono

A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

ambientais e de segurança.

A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas.

2.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas respeitando as especificações do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (**Nota 30**).

Derivativos

A Companhia utiliza-se de derivativos para proteger parte de sua produção de petróleo contra sua exposição ao risco de oscilação de preços de mercado (**Nota 30**). Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo, e são apresentados como ativos financeiros quando o ajuste a valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o ajuste a valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

2.18. Empréstimos e Debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos do prêmio e líquidos dos custos incorridos na emissão e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado financeiro.

2.19. Receita líquida

Reconhecimento da receita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

As receitas da Companhia são oriundas de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se:

- (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador;
- (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia;
- (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável;
- (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e
- (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável.

A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela receita reconhecida:

Gás natural processado

O gás natural é extraído nos polos Alagoas e Tucano Sul e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada.

A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e realiza o faturamento.

Petróleo

O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal porto viário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente.

A Companhia reconhece a receita de venda de petróleo em um momento específico, uma vez que o controle do ativo passa a ser do cliente quando ele realiza a coleta no terminal.

Condensado

O Condensado é extraído do polo Tucano Sul, ele é um subproduto decorrente da produção de Gás Natural. O cliente realiza a coleta do produto nas dependências da Companhia através de empresas terceirizadas.

A Companhia reconhece a receita de venda de condensado em um momento específico, uma vez que o controle do ativo passa a ser do cliente no momento em que ele realiza a coleta nas instalações da Companhia.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Gás liquefeito de propano (GLP)

O gás liquefeito de propano é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Origem Alagoas através de empresas terceirizadas.

A Origem Alagoas reconhece a receita de venda de condensado em um momento específico, uma vez que o controle do ativo passa a ser do cliente quando ele realiza a coleta nas instalações da Origem Alagoas.

Gás natural não processado (Gás Úmido)

O gás natural não processado é extraído no polo Tucano Sul e posteriormente é entregue aos clientes através de um gasoduto que conecta os campos do Polo Tucano Sul a Estação Panelas. Este Gasoduto é conhecido como Conceição-Panelas e pertence a Origem Energia.

O gás úmido tem seu reconhecimento de receita quando a Origem Energia entrega o produto até o seu destino final através do gasoduto Conceição-Panelas, pertencente a Origem Energia, em um momento específico.

2.20. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 14 – Imobilizado, principalmente as informações que se referem a baixas, amortizações e valor recuperável dos ativos de óleo e gás.
- Nota 15 - Intangível, principalmente as informações que se referem a baixas, amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás.
- Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.
- Nota 21 – Provisão para abandono de instalações.
- Nota 30 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

2.21. Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos proprietários da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria.

O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas.

A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação será equivalente ao lucro básico por ação.

2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia conciliou o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais.

A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, as demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.24. Informações por segmento

A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, portanto, informação por segmento a ser apresentado.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2022, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Alterações das normas	Descrição
CPC 37 (R1), CPC 48; CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)	As alterações aos pronunciamentos descritos são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: (1) Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; (2) Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e (3) Referências à estrutura conceitual.

A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos exercícios futuros se estes se tornarem aplicáveis.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
CPC 50	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao CPC 26	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao CPC 23	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao CPC 10	Divulgação de políticas contábeis	Sem exigência de transição

3. **Combinação de negócios**

O método de contabilização da aquisição é utilizado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente se instrumentos patrimoniais ou outros ativos são adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição compreende:

- valores justos dos ativos transferidos
- passivos assumidos para os antigos acionistas do negócio adquirido
- participações acionárias emitidas pelo grupo
- valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, e
- valor justo de qualquer participação societária pré-existente na controlada.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

Os custos relacionados de aquisição são lançados como despesa conforme incorridos.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

O excedente da soma da contraprestação transferida e do valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio.

Se esses valores forem menores que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como ganho por compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em caixa é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da aquisição. A taxa de desconto utilizada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa pela qual um empréstimo similar poderia ser obtido de um financiador independente em termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente é classificada como passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são remensurados ao valor justo posteriormente, com as variações no valor justo reconhecidas no resultado.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação previamente mantida pela adquirente na adquirida é remensurado pelo valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes desta remensuração são reconhecidos no resultado.

3.1. Aquisições em 2022

Em 05 de julho de 2021, a Origem Alagoas celebrou Purchase and Sale Agreement para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) nos contratos de concessão SPA Polo Alagoas. Em 04 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo (**Nota 1**), assumindo o controle de sua operação.

Em 19 de dezembro de 2022, foi concluído o laudo de avaliação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, com a respectiva alocação de preços, da combinação de negócios do Polo Alagoas. Conforme demonstrado abaixo todo valor da contraprestação foi alocado aos ativos identificáveis e passivos assumidos, não havendo ágio ou deságio como resultado da transação.

Detalhes da aquisição	<u>Polo Alagoas</u>
Pagamento do sinal (julho de 2021)	300.132
Pagamento do saldo (fevereiro de 2022)	1.299.158
Total da contraprestação transferida	<u>1.599.290</u>
Imobilizado (Nota 14)	1.370.759
Intangível (Nota 15)	227.868
Estoques	35.625
Provisão de abandono (Nota 21)	(34.962)
Total de ativos identificáveis líquidos adquiridos	<u>1.599.290</u>

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O quadro abaixo apresenta a composição do caixa e equivalentes de caixa nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	176	58	329	58
CDB	59.517	6.069	189.945	6.569
Fundos de investimento cambial	14.103	71.554	116.535	71.554
	73.796	77.681	306.809	78.181

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, possuem liquidez diária, sendo os seus valores de mercado similares aos valores registrados contabilmente, sem risco significativo de alteração de valor e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. O saldo existente em fundo de investimento cambial é destinado para o uso nos compromissos da Companhia na realização da sua operação regular. O referido fundo tem como objetivo buscar rentabilidade próxima à variação de preço da moeda norteamericana. Os valores estão disponíveis para negociação, podendo ser resgatados a qualquer momento sem perda significativa de valor para a Companhia.

5 Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa restrito	160	-	3.135	-
	160	-	3.135	-

Saldo referente a valores mantidos em conta poupança para pagamentos aos superficiários com pendências de regularização documental.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

6. Contas a receber com terceiros

O quadro abaixo apresenta a composição do contas a receber nas datas especificadas.

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Venda de óleo					
Petróleo Brasileiro S.A.	-	-	-	28.372	-
Dax Oil Refino S.A.	-	-	25	2.670	-
Venda de gás natural					
Petróleo Brasileiro S.A.	2.616	1.371	532	2.616	1.371
Companhia de Gás da Bahia – Bahiagas	362	353	-	34.079	353
Gás de Alagoas S/A Algas	-	-	-	58.320	-
Venda de GLP					
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda	-	-	-	5.736	-
Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda	-	-	-	4.303	-
Outros	43	133	-	274	243
Contas a receber com terceiros	3.021	1.857	557	136.370	1.967

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não existem valores vencidos de contas a receber.

7. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

O saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber pela Companhia no exercício são compostos pelos juros sobre o capital próprio declarados pela Origem Alagoas, no valor líquido de R\$ 17.470 (valor bruto de R\$ 20.553), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório, conforme ata de AGE de 21 de dezembro de 2022, para liquidação após cumprimento de requisitos dispostos no contrato da primeira emissão de debêntures (**Nota 20**), e complemento de dividendos propostos ao fim do exercício, no valor de R\$ 46.115, ambos atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório (**Nota 23.3**).

8. Estoques

Os estoques são compostos por materiais e outros bens mantidos para uso na produção, e são avaliados a custo, sujeitos a ajuste do valor realizável líquido, apenas quando o custo dos produtos acabados exceder seu preço de venda.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais para manutenção da UPGN (Unidade de processamento de Gás Natural)	910	-	72.542	-
Produtos acabados (*)	10	-	6.155	-
	920	-	78.697	-

(*) Composto principalmente pelo estoque de óleo produzido no Polo Alagoas.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

9. Tributos a recuperar

O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a recuperar nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	2.500	529	42.259	529
Imposto de renda retido na fonte	855	654	24.468	654
Imposto de renda s/juros sobre capital próprio	3.083	-	3.083	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.438	1.183	69.810	1.183
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços	582	-	17.722	-
Programa de integração social e contribuição para financiamento da seguridade social	1.404	17	14.036	17
Contribuição de intervenção do domínio econômico	6	-	6	-
Outros tributos a recuperar	1.992	17	31.764	17
	8.430	1.200	101.574	1.200

O valor a recuperar de Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido se referem as antecipações recolhidas com base na estimativa da receita bruta, sendo tal valor compensado quando da liquidação dos tributos. Nesta mesma situação avaliam-se os valores de imposto de renda retidos na fonte, essencialmente recolhidos pelas receitas de aplicações financeiras.

10. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento para fornecedores	3.700	1.478	21.077	1.478
Adiantamento de férias	19	-	70	-
Adiantamento para aquisição do Polo Alagoas	-	-	-	300.132
	3.719	1.478	21.147	301.610
Total ativo circulante	1.641	1.478	10.872	1.478
Total ativo não circulante	2.078	-	10.275	300.132

O saldo de adiantamentos para fornecedores em 2022, é majoritariamente decorrente (i) dos projetos de revitalização e intervenções realizadas no Polos Alagoas, e (ii) valor adiantado para a TAG conforme garantia prevista no aditivo ao contrato de prestação de serviços de transporte.

Os valor de adiantamento a fornecedores existentes em 31 de dezembro de 2021 é composto, principalmente, pelo Purchase and Sale Agreement, celebrado pela Origem Alagoas em 05 de julho de 2021, para adquirir 100% das participações detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") nos contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar, os quais são conjuntamente denominados "Polo Alagoas" no valor acordado de US\$ 300.010. Nesse mesmo dia foi realizado o adiantamento referente a 20% do valor acordado, no montante de R\$ 300.132 (US\$60.000).

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Conforme descrito na Nota 3.1, em 4 de fevereiro de 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor de R\$ 1.599.290, com utilização do valor adiantado, encerrando o processo de transição e passando a operar integralmente o Polo Alagoas.

11. Cauções de depósitos vinculados

No dia 20 de dezembro de 2021 foi assinado um contrato de transporte extraordinário de gás natural entre a Origem Alagoas e “TAG”, para transporte do gás natural produzido no Polo Alagoas através do sistema de gasodutos da contratada.

Como garantia do referido contrato, em 2021, a Origem Alagoas forneceu caução em dinheiro na conta da TAG, no valor atualizado de R\$ 3.149 em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, a Origem Alagoas substituiu sua opção de garantia, com recebimento da caução em dinheiro e contratação de seguro garantia (Nota 32).

12. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Composição do ativo diferido de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões encargos trabalhistas	6.902	1.574	6.902	1.574
Provisão de prêmios	16.892	5.643	31.228	5.643
Provisão de fornecedores	827	-	12.221	-
Provisão de abandono	1.375	-	6.343	-
IFRS 16	2.194	-	7.238	-
Ajuste a valor justo de hedge	-	-	12.524	-
Prejuízo fiscal	111.440	-	111.440	-
Base de cálculo	139.630	7.217	187.896	7.217
Imposto de renda (IRPJ) diferido ativo	34.908	1.804	46.974	1.804
Contribuição social (CSLL) diferida ativa	12.566	650	16.910	650
	47.474	2.454	63.884	2.454

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foi calculado sobre diferenças temporárias relacionadas principalmente as provisões de fornecedores e prêmios a funcionários, e serão compensadas quando da realização das referidas diferenças previstas pela Companhia para os exercícios de 2023 a 2026. Em razão do desenvolvimento das operações da Companhia e os novos contratos firmados constituiu-se, ainda, o ativo diferido sobre prejuízo fiscal de 2021 e 2022 da Origem Energia S.A., dada a perspectiva econômica de utilização deste crédito fiscal.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

b) Composição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação fiscal acelerada – Lei 13.586/2017	-	-	82.541	-
Base de cálculo	-	-	82.541	-
Imposto de renda (IRPJ) diferido passivo	-	-	20.635	-
Contribuição social (CSLL) diferido passivo	-	-	7.429	-
	-	-	28.064	-

Quanto ao passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, o fator mais relevante é a opção da controlada Origem Alagoas para o ano de 2022 pela depreciação fiscal acelerada prevista na Lei 13.586/2017, a realização desta diferença dar-se-á na forma da Lei observando o mesmo limite do valor contábil do ativo e a reconciliação da depreciação fiscal e contábil.

c) Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda de contribuição social

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	183.967	(30.610)	444	260.315	(30.572)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%
Crédito (despesa) de IRPJ/CSLL às alíquotas nominais	(62.549)	10.407	(151)	(88.507)	10.394
<u>Adições (exclusões) permanentes:</u>					
Prejuízo fiscal não reconhecido ⁽¹⁾	-	(10.407)	-	(5.389)	(10.394)
Equivalência patrimonial	109.863	(1.563)	-	-	-
Despesas não dedutíveis	(815)	(81)	-	(1.261)	(81)
Benefícios a lei tecnológica (Lei do bem)	-	-	-	6.624	-
Juros sobre o capital próprio (JCP)	(6.988)	-	-	-	-
SUDENE ⁽²⁾	-	-	-	50.126	-
Incentivos fiscais a lei do esporte, Rouanet e PAT	-	-	-	1.541	-
Outros efeitos ⁽³⁾	5.510	4.098	90	5.534	2.496
Crédito (despesa) de IRPJ/CSLL	45.021	2.454	(61)	(31.332)	2.415
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(61)	(64.699)	(38)
Imposto de renda e contribuições social diferidos	45.021	2.454	-	33.367	2.454

- (1) Em 2021 demonstra-se neste item principalmente o prejuízo fiscal da Origem Energia, devido às incertezas do início da operação. Em 2022, houve o registro de tal crédito fiscal como ativo diferido, devido ao desenvolvimento das operações. Em 2022, está demonstrado como prejuízo fiscal não reconhecido, o prejuízo fiscal apenas de Origem Pilar, Origem Canoas e Alpha que seguem em fase pré-operacional;
- (2) A controlada Origem Alagoas, obteve o deferimento dos laudos constitutivos SUDENE nº 0301/2022 e 0004/2023 para as operações de venda de petróleo, gás natural processado e seus subprodutos, alcançando uma economia fiscal de R\$ 50,1 milhões. A economia se compõe de: (i) R\$ 41,1 milhões referente a redução de 75% do IRPJ sobre as vendas de gás natural, já aplicável em 2022 por ser uma transferência de benefício da antiga proprietária da unidade de processamento de gás natural ("UPGN"); e (ii) R\$ 9,0 milhões referente a parcela de 30% do IRPJ para fins de reinvestimento, este aplicável sobre o imposto devido por ambas as atividades, venda de petróleo, gás natural processado e seus subprodutos.
- (3) Em 2022, o fator mais relevante deste item se refere a constituição do ativo fiscal diferido da Origem Energia, não realizado em 2021.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

13 Investimentos

13.1. Composição dos saldos de investimentos

O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação e saldo dos investimentos.

	Participação (%)		Investimento	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Origem Alagoas	100%	99,27%	1.263.522	295.734
Origem Pilar	100%	100%	732	15.246
Origem Canoas ⁽¹⁾	100%	51%	(10)	-
Alpha	100%	-	2.230	-
Petromais E&P	-	100%	-	2.188
Mais-valia – Concessões ⁽ⁱⁱⁱ⁾				
Garça Branca	100%	100%	4.286	4.614
Saíra	100%	100%	4.913	5.288
Mosquito	100%	100%	1.548	1.666
Tiziu	100%	100%	1.313	1.413
Fazenda Gameleira	100%	100%	634	683
			1.279.168	326.832

⁽¹⁾ Investida com passivo a descoberto, registrado no passivo não circulante provisório para perda em investimentos

13.2. Composição patrimonial das investidas

	Origem Alagoas	Origem Pilar	Origem Canoas	Alpha
31/12/2022				
Ativo circulante	601.534	256	-	1.277
Ativo não circulante	1.919.413	5.251	-	2.196
Ativo	2.520.947	5.507	-	3.473
Passivo circulante	507.454	1.396	6	255
Passivo não circulante	749.971	3.379	4	988
Patrimônio líquido	1.263.522	732	(10)	2.230
Total do passivo e patrimônio líquido	2.520.947	5.507	-	3.473
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	338.969	(15.484)	(10)	(355)

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

13.3. Movimentação dos saldos de investimentos

O quadro abaixo apresenta a movimentação do saldo dos investimentos.

	31/12/2021	Aumentos de capital ⁽ⁱ⁾	Reduções de capital ⁽ⁱ⁾	Amortização			Outros ⁽ⁱⁱ⁾	31/12/2022
				de mais valia	Equivalência patrimonial	Dividendos JCP		
Controladas								
Origem Alagoas	295.734	1.383.725	(690.413)	-	338.971	(66.668)	2.173	1.263.522
Petromais	2.188	-	-	-	-	-	(2.188)	-
Origem Pilar	15.246	970	-	-	(15.484)	-	-	732
Alpha	-	2.585	-	-	(355)	-	-	2.230
Mais-valia – Concessões ⁽ⁱⁱⁱ⁾								
Garça Branca	4.614	-	-	(328)	-	-	-	4.286
Sáira	5.288	-	-	(375)	-	-	-	4.913
Mosquito	1.666	-	-	(118)	-	-	-	1.548
Tiziu	1.413	-	-	(100)	-	-	-	1.313
Fazenda Gameleira	683	-	-	(49)	-	-	-	634
	326.832	1.387.280	(690.413)	(970)	323.132	(66.668)	(15)	1.279.178
Provisão para perda em investimentos								
Origem Canoas	-	-	-	-	(5)	-	(5)	(10)
	-	-	-	-	(5)	-	(5)	(10)
Total	326.832	1.387.280	(690.413)	(970)	323.127	(66.668)	(20)	1.279.168

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

i) Aumento e redução de capital social e constituição de sociedade

Origem Alagoas

Em 4 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social na controlada Origem Alagoas, em R\$ 1.306.000, com emissão de 902.258.340 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela Companhia.

Em 21 de março de 2022, foi aprovado o aumento do capital social na controlada Origem Alagoas, em R\$ 7.915, com emissão de 5.467.959 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela Companhia.

Em 30 de março de 2022, foi aprovado o aumento do capital social na controlada Origem Alagoas, em R\$ 69.810, com emissão de 48.228.601 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela Companhia.

Em 28 de junho de 2022, foi aprovada a efetivação da redução do capital social na controlada Origem Alagoas, após decorrido o prazo legal da aprovação feita em 14 de abril de 2022, em R\$ 610.000, sem o cancelamento de ações.

Em 21 de novembro de 2022 ocorreu a efetivação a redução do capital social na controlada Origem Alagoas, após decorrido o prazo legal da aprovação feita em 19 de setembro de 2022, em R\$ 80.413, sem o cancelamento de ações.

Origem Pilar

Em 21 de março de 2022, foi aprovado o aumento do capital social na controlada Origem Pilar, em R\$ 970, com emissão de 970.165 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela Companhia.

Alpha LNG

Em 21 de março de 2022, foi aprovada a constituição da controlada Alpha LNG, com aporte de capital em R\$ 1, com emissão de 1.000 quotas, totalmente subscritas pela Companhia.

Em 25 de maio de 2022, foi aprovado o aumento do capital social na controlada Alpha LNG, em R\$ 1.000, com emissão de 1.000.000 novas quotas, totalmente subscritas pela Companhia.

Em 16 de agosto de 2022, foi aprovado o aumento do capital social na controlada Alpha LNG, em R\$ 1.584, com emissão de 1.583.704 novas quotas, totalmente subscritas pela Companhia.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Origem Canoas

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu as 49 ações ordinárias remanescentes, de propriedade de terceiros, da controlada Origem Canoas, equivalente a 49% da participação, passando a deter a totalidade de suas ações.

ii) Incorporação da Petromais E&P S.A.

Em 28 de janeiro de 2022, a Petromais Exploração e Produção S.A. foi incorporada pela Origem Energia S.A., com sua consequente extinção e sucessão de todos os direitos e obrigações. Realizada essa operação, a participação da Petromais E&P na Origem Alagoas de 0,73% do patrimônio líquido passa para a Origem Energia, que agora possui 100% da participação na Origem Alagoas.

Incorporação Petromais	<u>Valor (*)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5
Contas a receber	108
Investimentos	2.173
Imobilizado	63
Intangível	823
Total dos ativos reconhecidos	3.172
Obrigações com partes relacionadas	440
Adiantamento para futuro aumento de capital	544
Total dos passivos reconhecidos	984
Acervo líquido conforme saldo contábil na data da incorporação	2.188

(iii) Aquisição de investimento

Em 9 de dezembro de 2020, foi celebrado Contratos de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior (“Fundo Prisma”) na qualidade de comprador e os acionistas das Companhias (i) Petromais Exploração e Produção S.A. (ii) Origem Energia Alagoas S.A. e (iii) Issus Serviços Óleo e Gás Ltda. (“Issus”), na qualidade de vendedores. A Issus foi incorporada em 2021.

Em 18 de janeiro de 2021, através de termo de cessão, o Fundo Prisma cedeu e transferiu os direitos e obrigações dos referidos Contratos de Compra e Venda para a Origem Energia, que realizou o pagamento no valor de R\$16.240, com consequente aquisição das investidas na mesma data.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Seguindo a orientação do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3, a Administração realizou a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e concluiu que todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos está concentrado, substancialmente, em um grupo de ativos identificáveis similares. Desta forma, a aquisição não é um negócio e, portanto, nenhuma avaliação adicional é necessária.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, são os seguintes:

	<u>Valor (*)</u>
Valor contábil	1.687
Mais-valia	14.553
Valor justo dos ativos adquiridos	16.240
Contraprestação transferida	16.240

(*) Considerando os números combinados das empresas adquiridas na data da aquisição.

Alocação da mais-valia

<u>Mais-valia - Concessões campos exploratórios</u>	<u>Valor (*)</u>
Garça Branca	4.914
Saíra	5.632
Mosquito	1.774
Tiziu	1.505
Fazenda Gameleira	728
Total	14.553

(*) A amortização da mais valia considera o prazo de vencimento das concessões dos campos exploratórios.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

14. Imobilizado

a) Composição de saldo

	Controladora				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Custo	Depreciação	
Em Operação					
Polo Tucano Sul ⁽¹⁾	5.886	8.171	31.910	(2.055)	29.855
Instalações	-	-	9.538	(38)	9.500
Máquinas e equipamentos	-	179	1.194	(84)	1.110
Móveis e utensílios	-	671	1.200	(135)	1.065
Equipamentos de informática	-	750	3.417	(363)	3.054
Benfeitoria em bens de terceiros	-	-	2.455	(377)	2.078
Em Andamento					
Imobilizado em andamento	-	1.941	19.324	-	19.324
Materiais a aplicar	-	-	4.760	-	4.760
Obras - Mena Barreto	-	1.994	-	-	-
Total	5.886	13.706	73.798	(3.052)	70.746

⁽¹⁾ O valor de custo inclui a contrapartida ativa da provisão de abandono, no valor de R\$ 5.886, e depreciação acumulada de R\$ 698.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Consolidado			Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Custo	Depreciação	
Em Operação				
Polo Tucano Sul ⁽¹⁾	8.171	31.911	(2.055)	29.856
Polo Alagoas ⁽²⁾	-	1.483.466	(33.866)	1.449.600
Instalações	4	9.691	(48)	9.643
Máquinas e equipamentos	201	2.975	(258)	2.717
Móveis e utensílios	701	1.291	(154)	1.137
Veículos	-	210	(39)	171
Ferramentas	-	2.688	(261)	2.427
Equipamentos de informática	991	6.661	(863)	5.798
Benfeitoria em bens de terceiros	-	2.455	(377)	2.078
Em Andamento				
Imobilizado em andamento	1.941	115.977	-	115.977
Materiais a aplicar	-	68.206	-	68.206
Obras - Mena Barreto	1.994	-	-	-
UTE Pilar ⁽³⁾	15.915	5.209	-	5.209
Total	29.918	1.730.740	(37.921)	1.692.819

⁽¹⁾ O valor de custo inclui a contrapartida ativa da provisão de abandono, no valor de R\$ 5.886, e depreciação acumulada de R\$ 698.

⁽²⁾ O valor de custo inclui a contrapartida ativa da provisão de abandono, no valor de R\$ 34.962, e depreciação acumulada de R\$ 850.

⁽³⁾ O valor do custo foi reduzido pela baixa do adiantamento para aquisição de turbina a gás de geração de energia com Mitsubishi Power Aero LLC, no valor de R\$ 15.167, para outras despesas operacionais, pela controlada Origem Pilar.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

b) Movimentação do saldo

	Controladora				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	
<u>Em Operação</u>					
Polo Tucano Sul ⁽¹⁾	8.171	23.558	(1.873)	-	29.856
Instalações ⁽²⁾	-	9.538	(38)	-	9.500
Máquinas e equipamentos	179	1.011	(80)	-	1.110
Móveis e utensílios	671	523	(129)	-	1.065
Veículos	-	-	-	-	-
Ferramentas	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	750	2.654	(350)	-	3.054
Benfeitoria em bens de terceiros	-	-	(377)	2.455	2.078
<u>Em Andamento</u>					
Imobilizado em andamento ⁽³⁾	1.941	17.382	-	-	19.323
Materiais a aplicar	-	4.760	-	-	4.760
Obras - Mena Barreto	1.994	461	-	(2.455)	-
UTE Pilar	-	-	-	-	-
Total	13.706	59.887	(2.847)	-	70.746

(1) As adições referem-se principalmente a serviços operacionais e sísmica.

(2) As adições referem-se à aquisição de gasoduto em leilão.

(3) As adições referem-se, principalmente, as reformas do escritório da sede e materiais para aplicação nos Polos.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Baixas ⁽⁵⁾	
Em Operação						
Polo Tucano Sul ⁽¹⁾	8.171	23.558	(1.873)	-	-	29.856
Polo Alagoas ⁽²⁾	-	1.483.466	(33.866)	-	-	1.449.600
Instalações ⁽³⁾	4	9.685	(46)	-	-	9.643
Máquinas e equipamentos	201	2.763	(247)	-	-	2.717
Móveis e utensílios	701	574	(138)	-	-	1.137
Veículos	-	210	(39)	-	-	171
Ferramentas	-	2.688	(261)	-	-	2.427
Equipamentos de informática	991	5.612	(805)	-	-	5.798
Benfeitoria em bens de terceiros	-	-	(377)	2.455	-	2.078
Em Andamento						
Imobilizado em andamento ⁽⁴⁾	1.941	114.036	-	-	-	115.977
Materiais a aplicar ⁽⁴⁾	-	68.206	-	-	-	68.206
Obras - Mena Barreto	1.994	461	-	(2.455)	-	-
UTE Pilar ⁽⁵⁾	15.915	4.461	-	-	(15.167)	5.209
Total	29.918	1.715.720	(37.652)	-	(15.167)	1.692.819

⁽¹⁾ As adições referem-se principalmente a serviços operacionais e sísmica.

⁽²⁾ As adições referem-se principalmente a aquisição do Polo Alagoas, conforme PPA (**Nota 3**), incluindo neste valor a contrapartida ativa da provisão de abandono, no valor de R\$ 34.962, e adições para revitalização/intervenção nos poços

⁽³⁾ As adições referem-se principalmente à aquisição de gasoduto em leilão.

⁽⁴⁾ As adições referem-se principalmente as reformas do escritório da sede, aquisições para sistema de compressores e materiais para aplicação nos Polos.

⁽⁵⁾ A baixa do adiantamento para aquisição de turbina a gás de geração de energia com Mitsubishi Power Aero LLC, no valor de R\$ 15.167, para outras despesas operacionais, pela controlada Origem Pilar.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

c) Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*)

Para avaliação de *impairment* foi considerado duas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), Polo Tucano Sul e Polo Alagoas. Em 31 de dezembro de 2022, o valor recuperável de cada UGC foi calculado com base no seu valor em uso. A Companhia e suas controladas calcularam o valor presente dos fluxos de caixa futuros que esperam obter com os ativos da UGC, mensurados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto nominal de 12,92% para Tucano Sul e 12,80% para Alagoas, aplicada aos fluxos projetados dos períodos futuros. A taxa de desconto foi estimada com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da Companhia e suas controladas e levando em consideração riscos específicos dos ativos avaliados.

Os fluxos de caixa foram projetados em termos nominais sendo posteriormente deflacionados pelo IGPM com aplicação da taxa de desconto em termos reais para cálculo do valor presente. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos, em consonância com os fluxos de caixa estimados antes dos impostos, ou seja, sem considerar o efeito de recebimentos ou pagamentos de imposto de renda e contribuição social.

A receita líquida foi projetada conforme uma expectativa de produção. A projeção é impactada por inflação ao consumidor (CPI), o crescimento dos custos foi projetado com a mesma base utilizada para a projeção de receita, o imposto de renda e a contribuição social foram projetados considerando o regime de lucro real e as alíquotas vigentes na data-base da avaliação, o investimento foi calculado com base na reposição do imobilizado já existente, de acordo com a taxa de depreciação projetada e o capital de giro foi projetado de acordo com o comportamento esperado para os saldos de caixa operacional e contas a receber e a pagar, bem como para os encargos e tributos a pagar.

Foram considerados para o teste os saldos dos ativos imobilizados, intangíveis de vida útil indefinida e com vida útil definida. Os testes realizados não identificaram registros contábeis com valores superiores àqueles passíveis de recuperação pelo uso.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

15. Intangível

a) Composição de saldo

	Controlada					Consolidado				
	Custo	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Custo	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	
Polo Tucano Sul ⁽¹⁾	15.896	(1.788)	14.108	15.407	15.986	15.896	(1.788)	14.108	15.407	
Polo Alagoas ⁽²⁾	-	-	-	-	-	227.868	(5.540)	222.328	-	
Garça Branca ⁽³⁾	823	-	823	-	-	5.735	(628)	5.107	5.434	
Campo Saíra ⁽⁴⁾	1.207	-	1.207	1.207	1.207	8.046	(719)	7.327	7.702	
Campo Mosquito ⁽⁴⁾	301	-	301	301	301	2.376	(226)	2.150	2.268	
Campo Fazenda Gameleira ⁽⁴⁾	169	-	169	169	169	1.066	(94)	972	1.021	
Campo Tiziu ⁽⁴⁾	107	-	107	107	107	1.719	(192)	1.527	1.628	
Software	6.878	(648)	6.230	1.589	-	9.541	(745)	8.796	2.260	
Bônus de assinatura ⁽⁵⁾	2.310	-	2.310	-	-	2.310	-	2.310	-	
Total	27.691	(2.436)	25.255	18.780	17.770	274.557	(9.932)	264.625	35.720	

- (1) Os custos de aquisição/bônus de assinatura e gastos exploratórios são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção do Polo e o volume de reservas provadas desenvolvidas.
- (2) O intangível do Polo Alagoas inclui o direito de exploração, através da combinação de negócios descrita na Nota 3, no valor de R\$ 227.868.
- (3) O campo de Garça Branca foi adquirido pela Companhia na 4ª Rodada de Acumulações Marginais da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") no exercício de 2017.
- (4) Os campos Saíra, Mosquito, Tiziu, e Fazenda Gameleira, foram adquiridos pela Companhia em consórcio com a Origem Alagoas no 1º ciclo de Oferta Permanente da ANP. Essas aquisições foram efetivadas e concluídas durante o exercício de 2020.
- (5) Aquisição da concessão de 18 blocos no Terceiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas (Nota 1).

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

b) Movimentação de saldo

	Controladora			Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Polo Tucano Sul ⁽¹⁾	15.407	489	(1.788)	14.108	15.407	489	(1.788)	14.108
Polo Alagoas ⁽²⁾	-	-	-	-	-	227.868	(5.540)	222.328
Garça Branca ⁽³⁾	-	823	-	823	5.434	-	(328)	5.107
Campo Saira ⁽⁴⁾	1.207	-	-	1.207	7.702	-	(375)	7.327
Campo Mosquito ⁽⁴⁾	301	-	-	301	2.268	-	(118)	2.150
Campo Fazenda Gameleira ⁽⁴⁾	169	-	-	169	1.021	-	(49)	972
Campo Tiziu ⁽⁴⁾	107	-	-	107	1.628	-	(100)	1.527
Software	1.589	5.285	(644)	6.230	2.260	7.259	(723)	8.796
Bônus de assinatura ⁽⁵⁾	-	2.310	-	2.310	-	2.310	-	2.310
Total	18.780	8.907	(2.432)	25.255	35.720	237.926	(9.021)	264.625

- (1) O Polo Tucano Sul, campo adquirido pela Companhia no ano de 2020, e o Polo Alagoas, campo adquirido no ano de 2022, encontram-se em produção, os custos de aquisição/bônus de assinatura e gastos com desenvolvimento são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção total do Polo e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1).
- (2) O intangível do Polo Alagoas inclui o direito de exploração, através da combinação de negócios descrita na Nota 3, no valor de R\$ 227.868, amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção total do Polo e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1).
- (3) O campo de Garça Branca foi adquirido pela Companhia na 4ª Rodada de Acumulações Marginais da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") no exercício de 2017.
- (4) Valor pago pela aquisição dos campos Saira, Mosquito, Tiziu, e Fazenda Gameleira, foram adquiridos pela Companhia em consórcio com a Origem Alagoas no 1º ciclo de Oferta Permanente da ANP. Essas aquisições foram efetivadas e concluídas durante o exercício de 2020. Como estão em fase de reabilitação, a amortização da mais valia alocada considera o prazo de vencimento de cada concessão.
- (5) Aquisição da concessão de 18 blocos no Terceiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas (**Nota 1**).

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

16. Arrendamentos

a) Composição da natureza dos saldos dos ativos de direito de uso

Ativo de direito de uso	Controladora			Consolidado		
	Custo	Amortização	Saldo em 31/12/2022	Custo	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Embarcações de apoio	-	-	-	19.285	(4.513)	14.772
Equipamentos	1.661	(712)	949	2.221	(1.648)	573
Sondas de intervenção	8.426	(1.027)	7.399	60.174	(10.176)	49.998
Administrativo	7.122	(915)	6.207	14.155	(3.242)	10.913
Total	17.209	(2.654)	14.555	95.835	(19.579)	76.256

Embarcações de apoio refere-se ao contrato de aluguel de embarcação de apoio às operações de mergulho e monitoramento ambiental no poço de Paru, localizado em águas rasas, com prazo de 47 meses, mensurado ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa de prontidão).

Equipamentos referem-se aos contratos de aluguel de compressores, para compressão de gás natural, e geradores, com prazo de 24 a 28 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais.

Sondas de intervenção referem-se aos contratos de aluguel de sondas de produção terrestre, utilizadas nas intervenções dos poços dos Polos Tucano Sul e Alagoas, com prazo de 41 a 46 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa em stand-by).

Administrativo referem-se aos contratos de aluguel dos imóveis da sede e escritórios com prazo de 72 e 60 meses respectivamente, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais.

Todos os contratos foram reconhecidos no exercício, descontados a taxa média de 12,92%, para mensuração dos respectivos saldos iniciais dos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento.

b) Movimentação dos saldos dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo (*)	Ativo	Passivo (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	144	(174)	144	(174)
Constituições	17.034	(17.034)	95.659	(95.659)
Atualização monetária	-	(1.187)	-	(7.923)
Pagamentos efetuados	-	2.409	-	22.964
Depreciação	(2.623)	-	(19.547)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.555	(15.986)	76.256	(80.792)
Circulante	-	(4.138)	-	(25.519)
Não circulante	14.555	(11.848)	76.256	(55.273)

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

c) Maturidade dos contratos

Vencimento das parcelas	Controladora	PIS/COFINS Potencial	Consolidado	PIS/COFINS Potencial
2023	5.864	542	33.964	3.142
2024	5.286	489	30.510	2.822
2025	4.996	462	28.813	2.665
2026	1.781	165	1.781	165
2027	1.646	152	1.646	152
2028	599	55	599	55
Valores não descontados	20.172	1.866	97.313	9.001
Juros embutidos	4.186	-	16.521	-
Saldo de passivo de arrendamento	15.986	-	80.792	-

17. Fornecedores

O quadro abaixo apresenta a composição do contas a pagar nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Operações, manutenções e serviços	1.738	251	48.362	640
Compra de gás seco	19.040	-	19.040	-
Aquisição de imobilizado	934	-	40.409	-
Custo de transporte de óleo	-	-	4.555	-
Consultorias	1.974	1.146	1.974	1.379
Gerais e administrativas	1.183	522	3.931	553
Outros	2.901	196	9.608	228
	27.770	2.115	127.879	2.800

18. Obrigações trabalhistas

O quadro abaixo apresenta a composição das obrigações trabalhistas nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	556	127	565	127
Provisão de prêmios a pagar	8.655	5.153	22.990	5.153
Provisão de férias e 13º salário	1.412	633	6.938	633
Provisão de encargos a recolher	8.278	1.573	13.602	1.573
	18.901	7.486	44.095	7.486

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

19. Obrigações fiscais

O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a pagar nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	16	16	64.716	16
	16	16	64.716	16
IRRF	626	253	5.395	252
INSS e FGTS	-	485	-	486
PIS/COFINS	1.006	125	3.776	130
Impostos retidos	26	137	48	162
ICMS	833	187	14.356	216
Royalties	146	95	5.380	95
	2.637	1.282	28.955	1.341
	2.653	1.298	93.671	1.357

20. Debêntures

Composição	Consolidado					Total
	31/12/2022					
	Principal	Custo e prêmio a amortizar	Juros	Variação cambial	Diferencial de swap	
1ª emissão	690.413	(8.470)	3.455	42.980	-	728.378
Swap cambial – 1ª série	-	-	-	-	37.028	37.028
Total	690.413	(8.470)	3.455	42.980	37.028	765.406
Passivo circulante	112.192	(1.613)	3.455	6.984	6.017	127.035
Passivo não circulante	578.221	(6.857)	-	35.996	31.011	638.371

Movimentação	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-
Principal captado na emissão	690.413	-
Prêmio na emissão	6.410	-
Custos da captação	(16.180)	-
Juros apropriados	56.256	-
Amortização de prêmio	(801)	-
Amortização de custos	2.101	-
Diferencial de swap apropriado	19.157	-
Variação monetária apropriada	42.980	-
Juros liquidados	(52.801)	-
Diferencial de swap liquidado	17.871	-
Saldo final	765.406	-
Passivo circulante	127.035	-
Passivo não circulante	638.371	-

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Em 6 de abril de 2022, a Origem Alagoas realizou sua primeira emissão de debêntures, composta por 690.413 debêntures, no valor de R\$ 690.413, em duas séries, não conversíveis em ações, com vencimento em 15 de março de 2028, com prestação de garantia por meio de alienação fiduciária de ações da Origem Alagoas, máquinas, equipamentos e ativos em estoque, e alienação fiduciária e penhor de outros direitos e concessões da Origem Alagoas.

A 1ª série, no valor de R\$ 345.207, não será atualizada monetariamente, e terá juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,57% ao ano, com pagamento da remuneração trimestral, a partir de 15 de junho de 2022, e amortizações trimestrais em 21 parcelas a partir do primeiro trimestre de 2023 até seu vencimento no primeiro trimestre de 2028. A 2ª série, no valor de R\$ 345.206, será atualizada monetariamente pela variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano, e terá juros remuneratórios de taxa fixa de 6,59% ao ano, com pagamento da remuneração trimestral, a partir de 15 de junho de 2022, e amortizações trimestrais em 21 parcelas a partir do primeiro trimestre de 2023 até seu vencimento no primeiro trimestre de 2028 (**Nota 30.3**).

Em conjunto e de forma associada a primeira emissão de debêntures, a Origem Alagoas celebrou contrato de swap, com finalidade de previsibilidade cambial das obrigações assumidas pela 1ª série, com posição ativa de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,57% ao ano, e posição passiva de variação cambial do dólar acrescidos de taxa fixa de 6,59% ao ano.

O custo total incorrido no processo de emissão de debêntures foi de R\$ 16.141, e o prêmio na emissão foi de R\$ 6.410.

As debêntures emitidas possuem cláusula de vencimento antecipado (“*covenants*”) de natureza não-financeira e de natureza financeira. Os *covenants* financeiros incluem manutenção de determinados índices financeiros de performance, referente ao cálculo da Dívida Líquida/EBITDA e do ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida), calculados com base nas demonstrações financeiras e informações trimestrais, auditadas e revisadas, respectivamente, a partir do 1º trimestre de 2023.

21. Provisão de abandono

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	6.646	5.886	-	6.646	5.886
Constituição – Tucano Sul	-	-	5.886	-	-
Constituição – Alagoas ^(*)	-	-	-	34.962	-
Atualização monetária	859	760	-	4.977	760
Saldo final	7.505	6.646	5.886	46.585	6.646

(*) Adição referente a combinação de negócios do Polo Alagoas (**Nota 3**)

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

O valor de provisão de abandono reflete a estimativa em valor presente, descontados à taxa de 12,92% ao ano, dos custos previstos para futuro abandono dos Polo Tucano Sul e Polo Alagoas, incluindo arrasamento e abandono dos poços, retirada de equipamentos e recuperação ambiental. Os valores de abandono são mensurados pelo prazo de concessão do projeto e trazidos a valor presente para fins de reconhecimento inicial. O passivo de abandono é atualizado anualmente ou quando exista alguma evidência objetiva que seu valor possa estar materialmente inadequado. As revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

22. Programa de incentivos de longo prazo

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração, em 21 de outubro de 2022, foi aprovado um programa de incentivo de longo prazo com pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("*Phantom Share*"), outorgando à determinados colaboradores o direito a remuneração com base na valorização das ações de emissão da Companhia, com mensuração do valor justo com base no modelo de precificação Monte Carlo, atualizado periodicamente, considerando as expectativas de distribuição de proventos e condições de performance existentes, assegurando a seus beneficiários o direito a eventual prêmio, que poderá contemplar um limite de até 31.052.078 *Phantom Shares*, com vencimentos entre 2024 e 2026.

Lote	Período de Carência (em meses contados da Data de Outorga)	Percentual das <i>Phantom Shares</i>
Lote I	24	1/3 das <i>Phantom Shares</i>
Lote II	36	1/3 das <i>Phantom Shares</i>
Lote III	48	1/3 das <i>Phantom Shares</i>

Conforme previsto em contrato, o incentivo, outorgado de forma gratuita, consiste no direito de o beneficiário receber um montante em dinheiro referenciado na variação do valor das ações de emissão da Companhia ("*Prêmio*"), por meio da outorga de *Phantom Shares*.

O Beneficiário terá a prerrogativa de receber o prêmio em relação às *Phantom Shares* vestidas desde que ocorra um evento de liquidez e/ou a escolha pela Companhia em quitar o prêmio no caso de desligamento do beneficiário de acordo com a cláusula 8.1.2 (ii) do contrato. Assim, as *Phantom Shares* assegurarão ao beneficiário o direito a eventual prêmio apurado conforme condições e cálculos apresentados abaixo, conforme cláusula 5 do contrato.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Cálculo do valor justo

Segundo o CPC 10 e a IFRS 2, “Para transações mensuradas com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, a entidade deve mensurar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados na data da mensuração, baseando-se nos preços de mercado se disponíveis, levando em consideração os termos e condições sob os quais os instrumentos patrimoniais foram outorgados. Se os preços de mercado não estiverem disponíveis, a entidade deve estimar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados utilizando técnica de avaliação para estimar a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser negociados, na data da mensuração, em uma transação sem favorecimentos, entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar. Ou seja, para definir o valor justo dos instrumentos outorgados, deve-se preferencialmente utilizar o valor de mercado dos ativos outorgados, desde que este valor esteja disponível. Caso este valor não esteja disponível, deve-se utilizar alguma técnica de estimação bem aceita pela literatura para que o valor justo seja calculado.

Vale destacar ainda a definição do momento da mensuração do valor justo. De acordo com a norma, se o plano for liquidado em caixa, o valor justo deverá ser remensurado ao término de cada período, ao passo que, se for liquidado em instrumento de patrimônio, deve ser calculado apenas no momento da outorga, e não mais revisado.

O caso em questão trata-se de um plano que possui condições de performance associada às condições de carência. Neste contexto, a norma contábil especifica o tratamento a ser dado, a depender da natureza da condição de performance, mais especificamente, separando casos em que a condição é considerada “de mercado” ou “não de mercado”.

Segundo o CPC 10, as condições de aquisição, desde que não sejam condições de mercado, não devem ser levadas em conta quando da estimativa do valor justo das ações ou das opções de ações na data da mensuração.

Ainda, segundo o pronunciamento, a entidade deve reconhecer o montante relativo aos produtos ou serviços recebidos durante o período de aquisição de direito baseando-se na melhor estimativa disponível sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais dos quais se espera a aquisição de direito (*expected to vest*), devendo revisar tal estimativa sempre que informações subsequentes indicarem que o número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito será diferente da estimativa anterior.

Por outro lado, define o pronunciamento que as condições de mercado, como, por exemplo, o preço alvo a partir do qual o direito de aquisição (ou o direito de exercício) das ações está condicionado, devem ser consideradas quando da estimativa do valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados. Portanto, para a outorga de instrumentos patrimoniais com condições de mercado, a entidade deve reconhecer os produtos ou serviços recebidos da contraparte que satisfaça todas as demais condições de aquisição de direito (por exemplo, serviços recebidos de empregado que prestou serviços ao longo do período especificado), independentemente de as condições de mercado terem sido satisfeitas.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Prazos de carência e vencimento

Os prazos de carência (*vesting*) e vencimento são definidos contratualmente. Os prazos são apresentados a seguir:

Programa	Modelo de Precificação	Data de Outorga	Fim da Carência	Data de Vencimento
Phantom A – Lote I	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2024	05/02/2024
Phantom A – Lote II	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2025	05/02/2025
Phantom A – Lote III	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2026	05/02/2026
Phantom B – Lote I	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2024	05/02/2024
Phantom B – Lote II	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2025	05/02/2025
Phantom B – Lote III	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2026	05/02/2026

Para o exercício de 2022 foi reconhecido o montante de R\$ 6.625, com acréscimo de encargos de R\$ 1.613, totalizando R\$ 8.238 com efeitos no resultado do exercício em despesas com pessoal.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 464.688, representado por 362.750.852 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.469.000, com a emissão de 847.346.489 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 464.688 para R\$ 1.933.688. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista PSS Energy FIP.

Em 25 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 10.000, com a emissão de 6.031.759 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 1.933.688 para R\$ 1.943.688. As ações foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista PSS Energy FIP.

Em 28 de junho de 2022, foi aprovada a efetivação e definição do valor da redução do capital social da Companhia em R\$ 532.583, sem o cancelamento de ações, na proporção das respectivas participações, aprovada em 14 de abril de 2022, passando o capital social de R\$ 1.943.688 para R\$ 1.411.105.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

Em 28 de junho de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 33.887, com a emissão de 25.954.053 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 1.411.105 para R\$ 1.444.992. As ações foram totalmente subscritas pelos acionistas não controladores, com integralização à vista de R\$ 9.850 e saldo a integralizar de R\$ 24.037 em até 36 meses, sujeitos a correção por variação cambial, acrescidos de juros de 12,5% ao ano.

Em 21 de novembro de 2022, foi efetivada a redução do capital social da Companhia, após decorrido o prazo legal da aprovação feita em 20 de setembro de 2022, em R\$ 80.413, com o cancelamento de 69.121.254 ações.

	31/12/2022		
	Capital social	Quantidade de ações	Participação
PSS Energy FIP	1.288.256	1.127.212.616	96,10%
Outros acionistas	52.285	45.749.283	3,90%
Capital social integralizado	1.340.541	1.172.961.899	100,00%
Capital social a integralizar	(24.037)		
Capital social subscrito	1.364.578		

	31/12/2021		
	Capital social	Quantidade de ações	Participação
PSS Energy FIP	435.876	340.259.672	93,80%
Outros acionistas	28.812	22.491.180	6,20%
Capital social integralizado	464.688	362.750.852	100,00%
Capital social a integralizar	-		
Capital social subscrito	464.688		

23.2 Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia apresenta seu resultado por ação, considerando o seu lucro líquido ou prejuízo do exercício sobre a média ponderada da quantidade de ações em poder dos acionistas. A Companhia não possui outros instrumentos com potencial dilutivo, sendo, por tanto equivalentes, seu resultado por ação básico e diluído.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	228.988	(28.156)	228.983	(28.156)
Média ponderada da quantidade de ações	1.155.852.726	194.719.839	1.155.852.726	194.719.839
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,20	(0,14)	0,20	(0,14)

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

23.3 Destinação do resultado do exercício

De acordo com o disposto pelo estatuto social da Companhia, bem como pelas normas legais vigentes, do lucro líquido do exercício são destinados 5% para constituição da reserva legal, cujo saldo não excederá 20% do capital social, e desse lucro também são deduzidos os prejuízos acumulados antes de qualquer outra participação.

Ainda conforme estabelecido em estatuto, os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado pela dedução dos prejuízos e constituição da reserva legal, acima mencionadas.

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	228.988
Absorção dos prejuízos acumulados	(28.149)
Constituição de reserva legal (5%)	(11.450)
Saldo do lucro para outras destinações	189.389
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(47.346)
Constituição de reserva para investimentos	(142.043)

Com a finalidade de atender as estratégias de expansão e desenvolvimento, além da implementação de projetos em estudo, a Companhia utiliza-se de destinação de parte do lucro líquido para a constituição de reserva de lucros de investimentos, de acordo com orçamento de capital, revisado periodicamente.

24. Saldos com partes relacionadas

Esses saldos originaram-se de negociações com compra e venda de gás e materiais, totalmente consumidos e realizados no período, compartilhamento de custos, proventos, empréstimos e adiantamentos para futuro aumento de capital entre a Companhia e as seguintes partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>Controlada</u>					
	<u>31/12/2022</u>					
	Origem Alagoas	Origem Pilar	Origem Canoas	Alpha	Petromais	Total
Compartilhamento de custos ⁽¹⁾	19.006	-	-	-	-	19.006
Outras contas a receber ⁽²⁾	6.193	893	6	83	-	7.175
Contas a receber	25.199	893	6	83	-	26.181
Dividendos a receber	46.115	-	-	-	-	46.115
JCP a receber	17.470	-	-	-	-	17.470
Dividendos e JCP a receber	63.585	-	-	-	-	63.585
AFAC	1.031	3.379	4	988	-	5.402
Total dos ativos	89.815	4.272	10	1.071	-	95.168

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

	Controlada					Total
	31/12/2020					
	Origem Alagoas	Origem Pilar	Origem Canoas	Alpha	Petromais	
Empréstimos a receber	500	-	-	-	-	500
Total dos ativos	500	-	-	-	-	500

	Controlada					Total
	31/12/2021					
	Origem Alagoas	Origem Pilar	Origem Canoas	Alpha	Petromais	
AFAC	7.915	970	-	-	544	9.429
Total dos ativos	7.915	970	-	-	544	9.429

	Controlada					Total
	31/12/2022					
	Origem Alagoas	Origem Pilar	Origem Canoas	Alpha	Petromais	
Contas a pagar ⁽²⁾	(1.679)	(33)	-	-	-	(1.712)
Total do passivo	(1.679)	(33)	-	-	-	(1.712)

- (1) Os valores de compartilhamento de custos referem-se à implementação e formalização de contrato de rateio de despesas da Companhia e suas controladas para atividades administrativas associadas ao objeto econômico das investidas.
- (2) O contas a receber e a pagar referem-se a compra e venda de gás e materiais entre empresas do Grupo, consumidos e realizados no período.

	Controlada					Total
	31/12/2022					
	Origem Alagoas	Origem Pilar	Origem Canoas	Alpha	Petromais	
Receita de venda de gás	25.701	-	-	-	-	25.701
Receita de venda de materiais	1.918	-	-	-	-	1.918
Receita intragrupo	27.619	-	-	-	-	27.619

As receitas referem-se a venda de gás e materiais para empresas do Grupo, consumidos e realizados no período.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Remuneração dos administradores

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles.

Além do programa de remuneração baseado em ações, conforme Nota 22, a Companhia não possui outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores.

Os montantes totais de remuneração dos Diretores estatutários e do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, registrados na contabilidade pelo regime de competência, foram:

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração e benefícios	30.754	3.275	552	30.754	3.275
	30.754	3.275	552	30.754	3.275

A remuneração do Conselho de Administração é composta pró-labore, e a remuneração da Diretoria estatutária é composta principalmente por pró-labore, benefícios diretos e indiretos, bônus e programa de incentivos de longo prazo.

25. Receita de vendas líquida

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de gás natural	46.730	6.798	557	757.446	6.798
Receita bruta de condensado de gás	2.448	-	-	2.448	-
Receita bruta de GLP	-	-	-	95.219	-
Receita bruta de petróleo	-	95	-	482.619	95
	49.178	6.893	557	1.337.732	6.893
(-) Deduções da receita	(10.039)	(1.385)	(84)	(196.952)	(1.385)
Receita líquida total	39.139	5.508	473	1.140.780	5.508

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Companhia teve clientes responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quais sejam: (i) Algás (42%), (ii) Bahiagás (14%), (iii) Petrobrás (36%) e (iv) outros clientes (8%).

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

26. Custo dos produtos vendidos

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Produtos para revenda	19.363	-	-	129.844	-
Pessoal	4.543	966	62	89.518	966
Operação e manutenção	4.622	616	-	98.024	616
Consumíveis	1.722	412	-	7.383	412
Logística	145	237	-	1.903	237
Royalties	1.485	527	-	71.346	527
Depreciação e amortização	4.912	671	-	61.208	671
Transporte	40	-	-	80.182	-
Seguros	-	-	-	8.587	-
Outros	-	-	-	1.999	-
	36.832	3.429	62	549.994	3.429

Em 31 de dezembro de 2022, os custos dos produtos vendidos da Companhia, quando comparados aos valores registrados em 31 de dezembro de 2021, está impactado majoritariamente pela operação do Polo Alagoas, iniciada em 4 de fevereiro de 2022.

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	35.182	13.905	-	78.913	14.040
Provisão de INSS PJ	5.329	1.573	-	5.329	1.573
Honorários de advogados	7.633	1.060	-	11.356	3.417
Consultorias	14.844	4.972	-	45.583	6.222
Outros serviços	5.961	4.599	46	7.822	4.845
Utilidades e consumo	7.366	177	4	17.204	190
Despesas com viagens	1.863	968	-	7.082	968
Aluguéis e manutenções	3.082	579	5	7.725	812
Depreciações e amortizações	3.989	951	-	5.282	1.015
Tributos e taxas	3.638	281	-	9.247	380
Outras despesas	1.704	708	3	2.392	962
Total	90.591	29.773	58	197.935	34.424

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas, quando comparadas aos valores registrados em 31 de dezembro de 2021, estão impactadas, principalmente, pela operação do Polo Alagoas, iniciada em 4 de fevereiro de 2022.

Observa-se, ainda, implementação e formalização de contrato de compartilhamento de despesas da Companhia e suas controladas para atividades administrativas associadas ao objeto econômico das investidas. Dado a recente implementação do sistema ERP SAP, bem como a fase pré-operacional de algumas destas sociedades investidas, o contrato prevê em seu termo inicial que o fator de rateio de custos se dará pela imputação indireta na proporção da receita bruta de cada sociedade.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

28. Outras receitas e despesas

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Venda de materiais	1.950	-	2.217	-
Venda de sucata	2	-	1.036	-
Demais receitas	-	-	21	121
Perdas com operações não realizadas	-	-	(15.167)	-
Outras despesas	(1)	-	(1)	-
Total	1.951	-	(11.894)	121

Em 31 de dezembro de 2022, as outras receitas e despesas, quando comparadas aos valores registrados em 31 de dezembro de 2021, estão impactadas principalmente pela perda na baixa do adiantamento para aquisição de turbina a gás de geração de energia com Mitsubishi Power Aero LLC, no valor de R\$ 15.167, na controlada Origem Pilar, compensados parcialmente pelas receitas geradas nas operações dos Polos Alagoas e Tucano Sul.

29. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras					
Ganhos de aplicações financeiras	10.443	3.955	94	45.627	3.997
Swap de CDBs	-	-	-	53.375	-
Variação cambial	3.960	-	-	11.246	-
Receitas com descontos	-	116	-	-	76
Outras receitas financeiras	181	-	-	2.879	-
	14.584	4.071	94	113.127	4.073
Despesas financeiras					
Perdas de aplicações financeiras	60.897	1.422	-	60.897	1.422
Swap de CDBs	3.409	-	-	3.409	-
Juros sobre debêntures	-	-	-	56.256	-
Amortização de prêmio sobre debêntures	-	-	-	(801)	-
Amortização de custos sobre debêntures	-	-	-	2.101	-
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	42.980	-
Swap de debêntures	-	-	-	19.157	-
Prêmio em operações de hedge	-	-	-	27.947	-
Atualização da provisão de abandono	858	760	-	4.976	760
Juros sobre passivo de arrendamento	1.187	161	-	7.923	161
Variação cambial negativa	616	-	-	5.604	-
Juros comerciais	61	-	-	61	-
Outras despesas financeiras	383	46	3	3.259	78
	67.411	2.389	3	233.769	2.421
Resultado financeiro	(52.827)	1.682	91	(120.642)	1.652

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

30. Instrumentos financeiros

30.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada a risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, câmbio dentre outros.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

		Controladora			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Categoria					
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	59.693	59.693	6.127	6.127
	Valor justo por meio				
Caixa e equivalentes de caixa	do resultado	14.103	14.103	71.554	71.554
Contas a receber	Custo amortizado	3.021	3.021	1.857	1.857
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	27.770	27.770	2.115	2.115
		Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Categoria					
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	190.274	190.274	6.627	6.627
	Valor justo por meio				
Caixa e equivalentes de caixa	do resultado	116.535	116.535	71.554	71.554
Contas a receber	Custo amortizado	136.370	136.370	1.967	1.967
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio				
derivativos	do resultado	41.383	41.383	-	-
Cauções de depósitos vinculados	Custo amortizado	-	-	3.149	3.149
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	127.879	127.	2.800	2.800
Debêntures	Custo amortizado	765.406	765.406	-	-
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio				
derivativos	do resultado	54.486	54.486	-	-

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Risco de mercado

Trata-se do risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações em índices de correção e cotações de mercado. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo esteja exposto somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

Em cumprimento da Política de Hedge da Companhia, a Administração realizou operações de hedge para parte de sua produção dos próximos 12 meses em que mantém contratos de opção de venda de óleo junto ao Banco ABC, que permitem uma melhor gestão do risco de mercado existente sobre o valor do nosso produto final. Acordamos com o Banco ABC que o pagamento do prêmio será financiado pelo próprio, com contratos vencendo em várias datas de exercício até 26 de dezembro de 2023. Os pagamentos dos prêmios serão realizados independentemente de a Companhia exercer a opção ou não. Dessa forma, assumimos um compromisso de curto prazo referente à liquidação dos prêmios das opções de venda, com efeitos no resultado financeiro (**Nota 29**).

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos, reafirmando dessa forma seu compromisso com uma política conservadora de gestão de caixa.

A partir do segundo trimestre de 2022, com o intuito de proteção de seu fluxo de caixa, a Companhia também se utilizou contratos de swap, sobre suas aplicações em CDB, com posição ativa da variação cambial do dólar, e posição passiva de taxa CDI destas mesmas aplicações, com taxa de 103,0% e 103,5% do CDI.

A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se suas taxas de juros e seus respectivos vencimentos.

30.2. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas (nível 1, nível 2 e nível 3) de acordo com o correspondente grau observável do valor justo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos. Nos exercícios divulgados, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado. Nos exercícios divulgados, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo

A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Conseqüentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos.

Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, não foi considerada a aplicabilidade desse ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber de clientes e contas a pagar: curto prazo de vencimento, 30 dias em média.
- Partes relacionadas: os saldos com partes relacionadas possuem seus valores apresentados em bases e condições estabelecidas pela administração.

30.3. Gestão dos riscos financeiros

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (taxa de juros), conforme descrito a seguir:

Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito e liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa coincidindo os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma de pagamentos dos passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2022				Total
	Controladora				
Passivos financeiros	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	27.770	-	-	-	27.770
Passivo de arrendamento	4.138	9.790	2.058	-	15.986
Total	31.908	9.790	2.058	-	43.756

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

	31/12/2021				
	Controladora				
Passivos financeiros	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.115	-	-	-	2.115
Total	2.115	-	-	-	2.115

	31/12/2022				
	Consolidado				
Passivos financeiros	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	127.879				127.879
Debêntures	127.035	297.843	278.711	61.817	765.406
Instrumentos financeiros derivativos	54.486	-	-	-	54.486
Passivos de arrendamento	25.488	53.246	2.058	-	80.792
Total	334.888	351.089	280.769	61.817	1.028.563

	31/12/2021				
	Consolidado				
Passivos financeiros	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.800	-	-	-	2.800
Total	2.800	-	-	-	2.800

Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital visando assegurar a continuidade normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de variações cambiais nas debêntures emitidas, indexadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Para gestão do risco de variação cambial, a Companhia contratou instrumentos derivativos de swap, nos quais trocam o risco atrelado à variação cambial do dólar americano por uma taxa de juros prefixada, reduzindo a exposição da Companhia às flutuações desta moeda. Conforme descrito na Nota 20, a Companhia possui debêntures expostas a variação cambial e com swap contratado para gerenciamento do risco.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

Risco de preço

A Companhia está sujeita ao risco da variação dos preços do petróleo no mercado internacional, e utiliza-se de derivativos com finalidade de previsibilidade e proteção parcial contra as variações de preços em suas negociações.

30.4. Análise de sensibilidade

Os quadros apresentam a análise de sensibilidade de câmbio e juros, com base em cenários de que consideram variações de 25% e 50% de desvalorização para ativos e valorização para passivos, e seus respectivos impactos no resultado financeiro.

(i) Sensibilidade de câmbio

	Cenário base	Cenário -25%	Cenário -50%
Ativos			
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31 de dezembro de 2022	5,2177	3,9133	2,6089
Fundo cambial	116.535	87.402	58.269
Swap CDBs	82.048	61.537	41.025
Efeito do resultado financeiro		(49.644)	(99.289)
Passivos			
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31 de dezembro de 2022	5,2177	6,5221	7,8266
Swap Debêntures (1a série)	345.207	431.507	517.814
Debêntures (2a série)	345.206	431.507	517.814
Efeito do resultado financeiro		(172.601)	(345.215)

(ii) Sensibilidade de juros

	Cenário base	Cenário -25%	Cenário -50%
Ativos			
Taxa DI/Selic em 31 de dezembro de 2022	13,65	10,24	6,83
CDBs	215.872	209.395	202.918
Swap Debêntures (1a série)	392.328	380.556	368.785
Efeito do resultado financeiro		(18.249)	(36.497)
Passivos			
Taxa DI/Selic em 31 de dezembro de 2022	13,65	17,06	20,48
Swap CDBs	93.248	96.046	98.852
Debêntures (1a série)	392.328	404.099	415.905
Efeito do resultado financeiro		(14.569)	(29.181)

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de câmbio e de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações deverão ser parcialmente compensados.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Em milhares de reais -R\$)

A tabela de sensibilidade abaixo analisa a variação no preço do Brent em três cenários: (i) Cenário base considerando os últimos preços de fechamento no mercado dos contratos futuros em aberto; (ii) Cenário I, considerando a desvalorização de 10% sobre os preços do cenário base; e (iii) Cenário II, considerando desvalorização de 20% sobre os preços do cenário base. A Companhia considera que essa métrica é a mais adequada para análise de sensibilidade dos cenários apresentados.

(iii) Sensibilidade de preço

	Cenário base	Cenário I -10%	Cenário II -20%
Ativos			
Opção de venda de óleo	316.819	285.137	253.455
Efeito do resultado financeiro		(31.682)	(63.364)

Considerando que os impactos financeiros das perdas da variação dos derivativos de proteção de preço, tem efeitos opostos ao impacto na receita líquida da Companhia, os efeitos líquidos no resultado final seriam parcialmente compensados.

31. Contingências

A Origem Energia foi incluída no polo passivo de ação cível, de valor aproximado de R\$ 239.032 em 31 de dezembro de 2022, cujo objeto se refere a à cobrança de supostos débitos tributários e ambientais da Petrobras junto a Prefeitura de Pilar/AL, referentes ao período em que a Petrobras era concessionária do Polo Alagoas, adquirido pela Companhia em 5 de fevereiro de 2022. A Companhia assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda da ação é possível, portanto, não constituindo provisão para tal contingência.

A Origem Energia também foi incluída no polo passivo de ação popular, sem estimativa confiável de valor em risco em 31 de dezembro de 2022, com pretensão de nulidade do processo de compra e venda do Polo Alagoas e indenização de supostos prejuízos causados ao Erário público. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda da ação é possível, porém sem estimativa confiável de valor em risco e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência.

A Origem Alagoas é parte de um inquérito civil, instaurados a partir de denúncias ao Ministério Público do Trabalho, para investigação e apuração relacionadas ao não pagamento ou pagamento proporcional de determinados adicionais trabalhistas, que dada a natureza administrativa, não possuem atribuição de valor a causa.

Em 31 de dezembro de 2022 a Origem Alagoas também era alvo de uma “Notícia de Fato”, instaurado a partir de denúncias ao Ministério Público do Trabalho, para investigação e apuração relacionadas ao não pagamento ou pagamento proporcional de determinados adicionais trabalhistas, que dada a natureza administrativa, não possuem atribuição de valor a causa. A Origem Alagoas avalia que a probabilidade de perda é possível.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

32. Seguros

A Companhia adota política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos. A seguir, demonstramos os principais interesses cobertos e seus respectivos limites de indenização em 31 de dezembro de 2022:

<u>Seguro/Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Risco de Petróleo	R\$ 377.961
D&O	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil	R\$ 5.000
Risco de Engenharia	R\$ 70.000
Seguro de descomissionamento	R\$ 230.743
Seguro PTI/PEM	R\$ 10.680
Seguro Garantia	R\$ 25.000
Fiança	R\$ 39.796
<u>Total Segurado</u>	<u>R\$ 789.180</u>

33. Compromissos

Compromissos relacionados ao “PTI” e “PEM”

Conforme valores demonstrados na Nota 1, a Companhia possui obrigações relativas à execução de Programa de Trabalho Inicial e Programa Exploratório Mínimo proveniente dos contratos de concessão de campos adquiridos em Oferta Permanente da ANP.

Compromissos relacionados aos contratos de fornecimento gás

A Companhia possui compromissos assumidos contratualmente relacionados ao fornecimento de gás, estabelecendo quantidades diárias contratadas ("QDC"), com (i) Companhia de Gás da Bahia ("BahiaGás") de 200 mil m³ em 31 de dezembro de 2022, com crescimento de QDC, a partir de 1º de janeiro de 2023, chegando a 1 milhão de m³ por dia, e alcançando 1,5 milhão de m³ por dia, a partir de 1º de janeiro de 2024 até seu término de dezembro de 2026 e; (ii) Algás – Gás de Alagoas S.A. ("Algás") de 640 mil m³ em 31 de dezembro de 2022, com variação de QDC de até 15%, até seu término de dezembro de 2024.

A Companhia está sujeita ao pagamento de penalidades financeiras pela falha no fornecimento QPD (Quantidade Diária Programada) ou entrega fora das especificações contratadas. As penalidades serão calculadas com base na quantidade faltante e preço da molécula ou gás vigentes no dia do descumprimento, mediante emissão de documento de cobrança pelos clientes.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020
(Em milhares de reais -R\$)

34. Eventos Subsequentes

Arquivamento de contingência

Em 24 de janeiro de 2023, o Ministério Público do Trabalho promoveu o arquivamento “Notícia de Fato”, descrita na Nota 31, instaurado em face da Origem Alagoas.

Autorização de acesso a infraestrutura de gás

No dia 3 de fevereiro de 2022, o Governo da Bahia emitiu decreto autorizando à Origem Energia o acesso a infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural localizada em Catu-BA.

Esse acesso viabilizará a produção de gás processado (“seco”) pela Origem Energia, o que aumentará sua eficiência de custos operacionais.

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Daniel Guimarães Pache de Faria
Diretor Administrativo e Financeiro

Helder Renato Lima de Castro
Gerente de Contabilidade
CRC/RJ-128793/O-6

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras do exercício

Em observância as normas em vigor, constantes no inciso VI do § 1º do artigo 27 da resolução CVM nº 80 de 2022, os diretores estatutários da Origem Energia S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2022, e autorizaram sua emissão e divulgação na presente data.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Luna Maria Teixeira Viana
Diretora Operacional

Nathan Allan Biddle
Diretor Técnico

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes
Em 31 de dezembro de 2022

Declaração dos diretores sobre relatório dos auditores independentes

Em observância as normas em vigor, constantes no inciso V do § 1º do artigo 27 da resolução CVM nº 80 de 2022, os diretores estatutários da Origem Energia S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2022, datado em 13 de março de 2023.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Luna Maria Teixeira Viana
Diretora Operacional

Nathan Allan Biddle
Diretor Técnico